

DEGRAVAÇÃO

Reunião do Conselho Nacional da promoção da Igualdade Racial – CNPIR

Agosto de 2009

2/4

Voz feminina

- Gostaria de informar ainda os senhores que tem ainda doze escritos, na fala da conselheira Ana Costa, nós vamos encerrar as inscrições, por favor, conselheira obrigada.

Conselheira Ana Costa

– Bom dia Adoráida, bom dia a todos e todas importantes desse conselho, eu gostaria de contribuir um pouco com essa discussão, a partir da experiência que nós temos lá no ministério da saúde com as relações do conselho nacional de saúde, que como vocês sabem é um conselho instituído a décadas e que tem um profundo papel, um importante papel no processo de formulação no controle social na política de saúde, e na sua relação com os outros mecanismos internos do ministério no campo de monitoramento das suas comissões respectivas e comitês, em fim, de retomar nessa respectiva de análise o que nos dias o conselheiro, se não me engane o conselheiro Carlão que é, discutir as relações desse comitê com esse conselho, me parece que isso é que é fundamental, nós não podemos esvaziar esse conselho e tirar o poder desse conselho nacional de promoção de igualdade racial e desviá-lo pro comitê. Me parece que esse conselho, ele deve ser preservado com uma instância máxima de consulta de recomendação de deliberação. É lamentável que, inclusive que nós deveríamos ta aqui discutindo avançar no sentido de construir nesse conselho o papel deliberativo dele, por que ficou ai uma rápida, uma breve contradição, por que o comitê de monitoramento, ele, tem papel deliberativo, enquanto esse conselho tem o papel consultivo. Nós temos que inverter isso, o papel de deliberação é do conselho, e se nós desviamos e lavamos pra um comitê, que é um comitê técnico como muitos de vocês disseram aqui, voltado a articular e trazer pra esse conselho todos os resultados das política que os diversos setores de governos prometeram, e na construção do PLANAPIR, quer dizer, nós temos que trazer o processo de monitoramento pra esse lugar aqui, e construir assim, ai eu proponho que agente discuta uma forma de trabalho articulado desse comitê com esse conselho, que agente traga, que agente crie aqui algumas diretrizes de funcionamento desse conselho e que agente crie a presença permanente desse comitê, ou melhor, que agente crie as diretrizes de funcionamento de operacionalização desse comitê, e que esse comitê passe a ser uma instancia de apoio e acessoramento desse conselho, quer dizer que agente inverteu um pouco em não tirar o lugar desse conselho, esse conselho é sagrado e importante, é uma grande conquista, e nós temos que mais que discutir representações, trazer pra esse conselho, esse conjunto aqui, a força do debate sobre o

monitoramento do PLANAPIR, me parece que se nós partícimos pra discutir como deve funcionar, que o pessoal apresentasse como são as propostas técnicas de monitoramento, quais são os indicadores, provar essa metodologia que vocês estão criando aqui dentro, e que vocês tragam mensalmente a cada reunião que tenha um pauta conjunta, que vocês mostrem o que ta acontecendo em termo de política efetiva a partir do PLANPIR, me parece que nós estamos avançando e construindo e fortalecendo o poder desse conselho que me parece ser o prioritário, brigada.

Voz masculina

– Oi, eu adorei a fala da Ana Costa, eu tinha dito no primeiro momento que nós tínhamos muitas dúvidas por que o nosso entendimento é que a nossa prioridade é o fortalecimento do conselho, agente não ta querendo criar dentro do conselho, espaço de poderes que minem o conselho, o conselho tem que exercer melhor seu papel e em nome disso também Oraide, eu queria que vocês deixassem ai registrado que nós entendemos que nós precisamos criar formas pra que os conselheiros da nossa cidade se juntem e tenham mais espaço pra ta se reunindo, porque nós precisamos também trazer as demandas que nós temos pra passar aqui pro conselho e agente vem recebendo as demandas é correto, mais também tem pautas pra trazer por que agente precisa criar um espaço de reunião de conselheiros e das conselheiras pra que possamos melhor a nossa contribuição. Agora, em nome do que a Ana falou, eu acho que o melhor método da gente ta discutindo essa composição é agente iniciar o debate do que é de fato essa comissão como que nós vamos ta trabalhando com ela, como que nós vamos operar, quais são as condições dadas pra ela operar e mais outras cosas necessárias pro bom funcionamento dessa comissão, sem prejuízo pra bom funcionamento do conselho e depois dessa discussão agente trabalharia o fruto dessa discussão, o produto dessa discussão, agente trabalharia o critério de indicação, nós pensamos em critérios. Os critérios que nós tínhamos pensado ele não passava, num é iguala esse critério que estamos apresentando, mais discutimos bastante isso, então em vez de ficarmos batendo os critérios , questionando as proposta que colocou, ouvindo aquilo que nós discutimos seria interessante agente tomar um outro caminho da discussão, por que eu acho que facilita, qualifica o debate e qualifica esse comitê, esse comitê precisa nascer bem, trabalhar bem, por que ele vai ser a alma do comitê e em ultima instancia ele vai dizer o que foi efetivamente feito e como foi feito, o que precisa ser feito e vai nos dar esse indicador e vai nos ajudar a dar um diagnóstico sobre a política de promoção da igualdade racial do governo lula. Esse comitê, ele vai ter esse papel, por isso agente tem que trabalhar ele da forma mais carinhosa possível pra que ele faça muito bem o seu papel, se agente entrar na discussão da forma que foi proposta (inaudível) [...] agente vai dançar, agente vai dançar e agente vai criar aqui no nosso meio exatamente algumas (inaudível) [...] e não é bom pra um comitê, não é bom pra um conselho e não é bom pra CPI então, então eu acho que agente tinha que inverter a pauta, não discutir mais qual critério e qual indicação, discutir como queremos esse comitê, qual a relação desse comitê com conselho e fruto dessa discussão agente vai ter como produto, melhor dizendo, uns critérios pra composição.

Voz feminina

– conselheiro Altair.

Conselheiro Altair

– Bom ia a todos e todas, antes de colocar a minha fala eu queria eu queria colocar uma questão como encaminhamento, que quando eu fiz a observação quando Dr. Eloy tava falando, é que eu acho que uma importante condição é que, ou a mesa se inscreve pra falar ou se não limita a fala dos que vem depois por que como tudo isso que eu respondi, isso poda o raciocino daquilo que eu ia falar vou que falar baseado um pouco naquilo que você já falou, isso tira o raciocínio, então ou a mesa também se inscreve e entra no fluxo ou deixa todos falarem pra mesa responder, porem, isso que eu tava tentando dizer, por exemplo: uma coisa que tu colocastes o papel desse comitê num é só monitorar, ta aqui, - elaborar, propor a revisão do PLANAPIR- quer dizer, três representantes da sociedade civil vão está lá propondo o PLANAPIR, então essa observação da Ana Costa é muito pertinente, quem deveria propor a revisão do PLANAPIR deveria ser esse conselho como um todo e sem olhar as outras obrigações, propor ações e metas, três pessoas vão propor ações e metas, quanto a esse conselho quando esse conselho todo pode fazer as discussões, então é assim,e ai é importante agente colocar que não foi desconsiderando o decreto, ontem nós trouxemos isso, a importância do decreto etc. mais nós trouxemos uma coisa muito importante a, a livre expressão da sociedade civil aqui, a sociedade civil pode ter o direito de dizer que discorda de um decreto, eu só o direito, as pessoas aqui elaboraram esse direito. De uma forma que foi elaborado o decreto, colocando somente três pessoas nós não nos sentimos contemplados, e ai nós temos uma outra experiência, quando agente analisa esses dozes eixos, eu faço parte desse comitê e sou da população negra, o trabalho que ante tem com saúde, ai quando você analisa esse doze eixos que você imaginar, o que nós propusemos quando o Carlão foi elaborando uma discussão de criar uma certa a paridade, é exatamente ampliar essa possibilidade de acompanhar esses eixos, por que?, cada plano, cada eixo desse ai demandar um plano, desse plano que vai elaborar programas, desse programas vão elaborar projetos,então se você pegar o plano operativo da população negra,é uma coisa imensa que não dá, por que quando você chega, pega um item, por exemplo (inaudível) [...] ele se desdobra em hemocentros e etc..então o que nós estamos compreendendo, quando nós fizemos esse discussão, e infelizmente o companheiro indígena, agente vai colocar essa quando vier o convite pra você participar da nosso reunião então venha .é muito importante agente ficar se não fosse extremamente importante isso ai agente não ficava até oito da noite aqui ou mais, eu tinha reunião, me atrasei pra reunião, pra gente é importante ficar, por que o PLANAPIRA aconteça, que aconteça esse comissão, agente num ta querendo derrubar nada, mais PR que agente quer compreender o que agente viu um problema cosa muito grande pra gente achar que três pessoas possam esta representando a sociedade civil e ai que trouxemos questões, Ana Costa traz hoje o conselho como o todo ai nós trouxemos, dentro do conselho nós temos políticas públicas, então essas três pessoas escolhidas vão passar por essa comissão? Teria essa função? Então se perceber que, e ai vem a proposta uma parada e discutir essa sistematização desse universo todo, que envolve esse comitê, essa comissão de planejamento de acompanhamento de política, pra aí sim agente poder avançar, já existem políticas já caminhando, agente vai ter um aula aqui sobre saúde da população negra, todo mundo, pra saber em que nível esta, em que projeto está por que hoje o grande desafio da população negra por exemplo é implementação, estados e municípios, então tem uma outra dimensão ai, que é como agente se relaciona com o ministério perfeito, mais tem coisas da política da população negra, cigana etc..que acontece no município, e ai tem um desafio muito nosso que é saber como é que agente vai levar pra ponta lá em baixo, é muito fácil agente discutir aqui o ministério, então quando agente fala da lei dez mil seiscentos e trinta e nove o nosso problema ta lá na ponta na escola, onde os professores de outras religiões não querem ensinar, onde os

professores estão descriminando os alunos negros, tem uma coisa lá em baixo, então tem desfio aqui que eu acho que agente poderia pensar em trazer essas questões todo mundo fraternalmente todo mundo tendo o direito do outro a crítica, o direito do outro a se expor, agente poder fazer essa avaliação sem ter essa pressa, as vezes que eu acho ser ilustre que fica parecendo que agente ta sendo resistente, agente não ta sendo resistente, conversamos isso até oito da noite ta, até oito da noite e não conversamos principalmente isso que o Ede colocou, nós não falamos de seguimento, isso é muito maduro da nossa parte, muito maduro, (inaudível) [...] mais é o que queríamos e essa é a questão fundamental, por isso eu espero que todo mundo participe sempre pra discutir essa parte do que é o que agente quer.

Voz feminina

– brigada conselheiro, próxima conselheira (inaudível) [...]

Conselheira feminina

– Bom dia a todos e a todas primeiras me desculpa por não ter participado ontem, estava com um problema de saúde de minha filha e só consegui embarcar de dez horas e então, mais to aqui, bom, eu queria começar lembrando do processo da construção da segunda conferencia onde esse conselho aqui elegeru a comissão organizadora que representaria o conselho na construção da conferência e eu presenciei coisa muito ruins, por que é o que aconteceu? Se você delega o poder e é isso que nós fizemos quando agente elegeru lá, a coordenação do conselho pra construção da conferencia, pois acontece, a conferência tinha que acontecer, a coordenação tinha que trabalhar, ela tinha que acompanhar os estados nos processos das conferências estaduais e a conferência nacional tava marcada, o que aconteceu, até por que eu também acompanhei a primeira construção da primeira conferência, eu era consultora geral da primeira conferência e acompanhei todo o processo até as primeiras reuniões do PLANAPIR, depois eu sai, fui embora, eu me retirei daqui da CEPPIR, ou seja, naquele primeiro momento, a primeira conferência o conselho como o todo, participava de tudo, então era muita reunião do conselho que eu discutia conferencia, então, eram varias reuniões extraordinárias para poder delegar poderes, inclusive para que cada conselheiro pudesse acompanhar a construção da conferência, e foi um problema muito grande, quando apresentada a proposta da segunda conferência, que a gente queria saber qual o papel do conselho pra construção da segunda conferência, e eu de fato, sai meio que chateada, por que achava que o conselho ainda estava muito fraco no processo. Fraco no sentido do seu poder na participação na construção da segunda conferência. “O que aconteceu, uma comissão que trabalhou como uma “louca”, e chegou momentos durante a segunda conferência, que eu fiquei constrangida, da forma que essas conselheiras e conselheiros foram tratados por uma grande maioria do conselho não me representa, não fale meu nome”, mas nós elegemos aqui. Eu fiquei com vergonha, confesso pra vocês, por que tem uma prática muito ruim no movimento social que ninguém serve, ninguém presta pra representar. E as pessoas, sabem do comprometimento de cada uma aqui, da tarefa, do intuito político, e nunca serve pra representar. Ai quando você pensa, um comitê com três pessoas. De fato teve um erro nesse processo de construção no decreto, acho que em função da própria conferência, do atrazo do lançamento do plano APIR. Esse plano APIR, nós estávamos desde o primeiro momento, ela cita aqui, ela lembra das reuniões, montou-se uma coordenação composta dos ministérios na CEPPIR da época, eu participei, eu era uma das consultoras que ficava ali o dia todo, e eu vi que ficou muito difícil. E ficou quatro anos pra poder discutir, e o ministro teve que lançar rapidamente o plano APIR, que durante cinco anos ficou tentando ser pactuado. E a conferência, a

segunda conferência tinha que acontecer, a gente até pensava que era preciso adiar mais a segunda conferência, por que enquanto não lançasse o plano APIR, enquanto a gente não pudesse diagnosticar os efeitos desse plano, as políticas que esse plano conseguiu implementar pra gente poder ter uma leitura do que melhorou, o que precisa mudar, até por que a proposta da segunda conferência, era avaliar desafios prospectivos do que o plano APIR, tinha conseguido pactuado no estado brasileiro como todo. É muito difícil a gente novamente cometer o risco de eleger três pessoas, pra depois a gente chegar na pessoa, e dizer, eu vi a companheira que sendo acusada, eu vi várias, até de falas, a pessoa que ia falar em nome do movimento social, o pessoal queria desbancar o nome dela, então é muito ruim isso, a gente delega, mais a gente não confia. Então eu acho que é preciso, contruir-se uma forma que o conselho tenha de fato, uma participação mais democrática, que esse conselho é responsável pelo monitoramento da política da CIPICIR, então esse comitê, ele se for criado da forma que está ele pode ser prejudicado, as pessoas serem prejudicadas, por que tem uma cobrança muito grande, vai ser uma transferência de poder muito grande, e depois uma cobrança muito maior. Então a gente tem que pensar com calma, eu acho até que podemos pensar mais, não precisa ser hoje pra definir, podemos adiar essa conversa inclusive pra uma próxima reunião, que seja só pra discutir o papel desse comitê, de que forma a gente vai montar, sem esvaziar o poder político desse conselho, e a gente construir uma coisa mais coletiva e menos traumática, por que a conferência foi traumática, pra quem passou da construção na coordenação, a gente tem que amadurecer.

Voz feminina

- Obrigada conselheira, eu gostaria de registrar também a presença do deputado José Candido, deputado estadual pelo PT de São Paulo, e agradecer desde já a sua visita, ele vai estar conosco pedi inclusive também um momento para alguns informes, a gente vai passar a palavra ao deputado. Eu queria só também relembrando a questão que a conselheira colocou, que havia representação do conselho também, na ocasião era o conselheiro Ronald da ABERT, que acompanhou a construção do plano API, e ele repassava todas as informações para o conselho, cumprindo o papel e essa interlocução permanente. O suplente dele na ocasião, era o conselheiro João Bosco da ANSIABI, então o conselho também esteve representado naquela ocasião, na pessoa desses conselheiros. O próximo inscrito, é o conselheiro Padre Ary.

Padre Ari

- Eu penso que esse processo, pela seriedade dele, e pela responsabilidade que nós temos em nossas mãos, ele deveria ser construído, não em um tempo reduzido, então eu referencio a proposta dela, que a gente possa documentar, descrever essa configuração, tanto é que colocava gastar um bom tempo, em outra reunião discutindo isso, mas é bom que isso esteja colocado num papel, pra que todos possam ler com calma em casa, e ao chegarmos aqui, nós investir um tempo nessa discussão. Sem querer tomarmos decisões apressadas ali, e que podem comprometer processos futuros e podem magoar as pessoas que assumem essas responsabilidades.

Voz feminina

- Próxima inscrita a conselheira Maria Aparecida

Maria aparecida

- Bom dia a todos, eu me sentir contemplada em várias falas, principalmente quando o representante da saúde falou, e eu fico preocupada com uma coisa, a sugestão, até agora

formamos algumas comissões deste que estou neste conselho e como suplente, e eu venho em quase todas as reuniões, só perdi uma até hoje, é que nosso papel até agora, a gente chega, as propostas estão aí a gente só tem que votar, até agora foi esse o papel da gente. A segunda questão é que nós formamos algumas comissões aqui, antes da segunda CONAPI, e única que eu vi funcionando realmente, e também assisti tudo que a cliente diz a respeito das pessoas que foram escolhidas para trabalhar, e eu fiquei assim, nunca quero ser representante de nada, até por que eu tenho função como educadora. Eu estou preocupada com a proposta que foi colocada pela CEPI pelo seguinte. Por essas pessoas pelas quais elas falam, eu não vejo, enquanto vivo o estado do norte e discuta a lei dez mil seiscentos e oitenta e nove enquanto professora universitária, enquanto capacitadora de professores da rede pública, não me vejo contemplada nessas pessoas, então a proposta de paridade de seis pessoas, é pra que der condições, ainda que nossa representante indígena como ela falou, estou aqui representando tantos povos. O movimento negro que está aqui, tem diferentes ocupações pra discutir espaços sociais e questões políticas, eu como educação e outros da saúde, a questão das mulheres da juventude etc. E aí nessa questão nós precisaríamos. E conversei com algumas pessoas até com um advogado ontem no hotel, no caso da mudança, por que é um documento feito pelo presidente, esse documento sim pode mudar ou então nossa função enquanto conselheiros não serve mesmo pra nada, por que há não ser, obedecer.

Voz feminina

- Conselheira Miris Tanisco

Miris Tanisco

- Bom dia a todos e a todas, peço perdão pela rouquidão e pelo atraso, por que tive muita dor de cabeça, estou quase me arrastando Jacinta? É a companheira de quarto ali que sabe. Eu acho que a minha dor de cabeça é por que eu saí daqui ontem constrangida, pra não dizer, chateada mesmo, pois quando nós começamos a luta de incluir o povo cigano, para que pudéssemos dar a chance do povo cigano melhorar a sua qualidade de vida. Eu vim cheia de esperança de quando participar de uma secretaria de igualdade racial houvesse assim, o que estava pesando na minha querida cabecinha, é que nós da sociedade civil, seríamos um por todos e todos por um. Essa foi a impressão que eu tinha, e lamentavelmente o que vinha assistindo aqui, me desculpe os conselheiros do conselho, às vezes uma briga de vaidade, uma briga política fica acima de ideais muito maiores, eu não sou político e nunca quis ser, até por que você não tendo partido político, você fica muito a cavaleiro pra reivindicar aquilo que vinhamos fazer aqui, melhorar a qualidade de vida do seu segmento e foi com esse espírito que eu aceitei de peito aberto, fiquei muito lisonjeada quando na reunião do conselho eu fui escolhida pra representar o conselho. Eu senti um máximo, mas amarelei e eu não queria ir, não por que, engraçado, eu pensei uma coisa e deu outra. Eu amarelei por que vinha atravessando uma fase de falsos ciganos, por que só vem atrapalhar o nosso movimento de falsos ciganos, me taxando do queriam na internet. Eu virei seqüestradora, eu virei assaltante, eu não sou falsa advogada, nem cigano eu sou mais, mas enfim, quando a minha trajetória de vida é muito conhecida, eu aturei isso um ano e meio, e depois mandaram por e-mail da minha filha que eu tinha que eu tinha a resposta. Porque a minha mãe sempre me ensinou que em cachorro morto não se chuta e acho até que dei muitas perolas a porcos, e acabei, não quero mais saber disso. Eu amarelei por este motivo, por que quando me escolhessem, eu falei meu Deus do céu, vão desenterrar até a minha mãe. A Quica, a Jacinta e os demais conselheiros foram solidárias, eu não

disse o porquê amarelei, ela falou, não você tem que representar a gente, só assim o pessoal vai ver, e eu sou muito grata a todo o conselho. Ficamos até quase cinco horas da manhã, por que eu não sou política, e elas me ensinaram, ou melhor, fizeram para mim, como me direcionar até o público lá na conferência e sou muito grata por isso. Toda minha fala, eu falo da minha gratidão ao povo negro, que começou lá no rio de janeiro, quando aprovei as propostas lá. Nunca deixei de dignificar o negro, em contra partida, como não foi uma surpresa que o medo que eu tinha de ser novamente ultrajada na internet, por que internet é igual a papel, aceita o que quer, eu fiquei muito chateada, tristíssima, quando eu cheguei e graças a Deus, acho que não fiz vergonha pela escolha, fui aplaudida e não teve uma pessoa que não gostassem da minha fala, graças a deus, ele me direcionou. No dia seguinte, eu chego toda prosa no conselho, e pra minha surpresa, eu tenho ouvido de tubérculo, eu posso não falar, mas eu tenho intuição, eu tou aqui, eu tenho olho de águia, eu tou olhando lá, eu tou olhando cá, e aqueles que me olharem com maldade, eu sinto uma friagem na nuca que vai daqui até o tórax, eu sou cigana e ninguém pode me tirar isso. Não adiante me beijar e fazer gracinha pra mim, pois eu sei quando a vontade é me morder, infelizmente gostaria de não ter esse dom, mas tenho. Sei muito bem das articulações, sou articuladora, mas eu não vim aqui para articular nada, pois vim aqui para impor um direito do meu povo que brasileiro de solo nacional e posso os mesmos direitos de todos os cidadãos brasileiros. Então às vezes me meto demais em querer ajudar todos os segmentos, vocês sabem disso, que eu nunca disse não a qual quer tipo de ajuda, eu estou sempre prestes a ajudar, prestes a colaborar, então eu nunca fiz essa separação por eu sou cigana, não vou fazer nada pela juventude negra, não sou cigana e não tenho nada haver com a doença falso forme, eu sou cigana não tenho nada com isso, eu tenho sim, por que se eu falo parte de um conselho que esta lutando pra melhorar a qualidade de vida deste país, do nosso povo, eu faço questão de me meter sim, sempre, pra ajudar, e na maioria das vezes, eu escuto que eu quero aparecer, eu não preciso aparecer mais do que eu já apareci na minha vida, até por que Deus me criou um metro e setenta e cinco, eu já apareço sem querer, então a maneira que a gente é de querer ser solidário. “Eu acho eu que mereço pelo menos mais dois minutos sabe, se os conselheiros permitirem”, é o que eu sempre digo aqui, foram séculos de silencio, eu quis dizer isso aqui, para vocês saberem o que eu venho sofrendo, e calada, mas eu calada é que fico perigosa, por que sou observadora, então ontem eu cheguei aqui, pois hoje eu estaria em Florianópolis, por tão fazendo um centro de cigano Florianópolis, tive que pedir ao doutor Perlim pra vir aqui, pra me dispensar, e veio aqui um subsecretário pra buscar as cartilhas na minha mão, ai fui lá buscar as cartilhas para entregar ao doutor Perlim, porque eu achei que teria que gritar uma verdade, essa dor de cabeça foi isso. A nossa amiga Leci Brandão me deu uma deixa muito gostosa aqui, obrigada por isso, nesses dozes eixos não se fala da comunidade cigana, é como de novo, ela não tivesse participando, ela não participou da primeira, da segunda e não vai aparecer nunca, esse é o primeiro erro, e eu quero que fique registrado aqui, mais uma vez o meu povo ficou invisível. Falamos com o doutor Eloy, e ele falou o seguinte, mas no decreto têm, os ciganos estão contemplados. Doutor, a primeira proposta da cartilha, é dizer que todas as políticas públicas, para todo segmento, se inclui implicitamente o povo cigano. O que eu quero dizer, é que se eu não disser, fizer esse desabafo ou denúncia ou queiram dar o nome que queiram, eu vou ser de novo um Cláudio Evanovith, mas uma Maria vai com as outras, e eu estou dizendo isso, por que eu não sou de deixar nas entre linhas, eu sou de dar nomes e provar o que falo. A gente não pode ser incoseqüentes, por que na primeira CONAPIR, eu vim com as propostas aprovadas do Rio de Janeiro, chegamos na conferência, não tinha uma proposta cigana, eu tive que fazer uma moção, eu fui pra tribuna é

testemunha disso, depois a ministra Matilde Ribeiro pediu perdão ao povo cigano e incluiu as propostas, tou mentindo Horaida? É mentira minha? Está gravado, eu tenho isso gravado.

Voz feminina

- Conselheira, outros conselheiros participaram da conferência também e são testemunhas oculares do que ocorreu na conferência.

Mirtes Tanisco

- Foi uma indisposição, então eu não estou faltando com a verdade, por que eu tinha com conselheiro aqui na CEPPIR, e não teve o cuidado de ver, que eu não tive uma proposta cigana, eu vou incidir no mesmo erro de dizer que não vi isso, e mais uma vez o povo cigano não está aqui, nos doze eixos, onde eu vejo, não tá não. Tá citado, mais não esta aqui, tá o eixo, eu sei o, estou falando, tou dando um parecer, por que veja bem, foi muita luta o ano, ai venho aqui no plano APIR mais um errinho que eu gostaria de dizer aos nobres, vocês dividem aqui, tá aqui oh, isto esta sendo distribuído pra todo mundo. Os ciganos estão estimados em setecentos mil auto-identificados, principalmente ROM e CALOM. Meu Deus, eu já falei trezentas mil vezes, que ROM é todo e qual quer cigano e CALOM é um grupo cigano, o que é que eu vou fazer então com os líderes que aparecerem aqui na segunda CONAPIR? Teve aqui (inaudível) [...] teve Louvaria. O cigano no Brasil não é isso, isso tá errado, então eu quero entender, mais uma vez se leva equívoco para população que nunca vão saber que existem sete clãs no Brasil, ai vem um antropólogo doido aqui, que diz que ROM, CALOM e FITH. Tire essa discussão, ele pode ser antropóloga há trinta anos eu sou cigana a sessenta, eu já li tudo que ele já leu, só que eu sou cigana, eu conheço aonde é que dói o calo do meu povo, então eu queria que pelo menos, se pudesse doutor Eloy consertar isso aqui, nós temos sete clãs conhecidos aqui no Brasil e que estiveram na conferência e dizer, uma vez eu falei pro doutor Eloy, uma pessoa que eu prezo e tenho uma paixão por ele muito grande, e fica ruim falar paixão, por que ele é bonitinho.

Pode ser que aconteça, ai fica uma coisa meio? Mas eu tenho uma paixão por ele muito grande, quando eu digo que tenho uma paixão muito grande pelo doutor Perlir, fica mais fácil assim, por ele é mais velho, ai não tem problema, ai o Eloy é engraçadinho, ai esta tudo certo. Eu quero dizer que eu sei, eu tô falando isso tudo, mas eu sei da dificuldade que o governo está tendo, tá tendo menos agora e poder conhecer verdadeiramente meu povo, sempre foi um povo arredo e graças a Deus conseguimos trazer para a segunda conferência, tão chegando devagar, eles tem medo, eles tem um medo até de fazer um cadastro, por que milinha pode vim outra guerra ai, e negro vai matar gente. Então eu preciso que aos pouquinhos, que ele confie, que não é pra ir pra um campo de concentração que eu estou querendo cadastrá-lo, eles ainda tem muita fresca na cabeçinha deles, você acompanhar isso, eles tem medo de dizer aonde estão. Então eu quero dizer a vocês que, quando eu discuto ou quando eu me coloco aqui é por que infelizmente, graças a Deus vocês têm vários PHDs, o negro hoje tem muita gente formada, eu posso contar nos dedos os ciganos que nós temos formados hoje no nosso país, então é muito difícil pois os calões até, os que veios, os que estão formados, ao invés de ajudar, é aquela historia da vaidade ou então é por que eu sou mulher, isso, eu não vou abrir mão, eu faço questão, o pessoal presente, e o povo da mesa aqui, a minha luta começou dentro do meu povo, eu não vou abrir mão, e pra que a historia do povo cigano dessa país saiba que foi uma mulher que os trouxe até aqui, e isso eu não vou abrir mão, os machões ciganos podem suicidar, podem jogar com a cabeça na parede,

não me interessa, eles tem que mostrar que tem competência, na hora que aparecer o mais competente, dou o lugar pra ele, mas vai ter que dizer que foi uma mulher abriu esse caminho pra ele, eu não vou abrir mão disso.

Voz feminina

- O seu tempo acabou

Miris Tanisco

- "Eu lhe garanto que não abro a boca até o final do expediente". Então eu queria dizer se fosse possível, dizer uma explicação, um anexo para que o povo sabia que o ciganos no Brasil não Rom e Calom não, nós temos setenta e dois ciganos, então temos que na medida do possível, realmente começar, por que tá muito blábláblá, e não se fez nada pelo povo cigano, a não ser esses centros de referencia em Souza, que infelizmente eu não pude ir, mais eu tenho certeza que o nosso ministro quer acertar, como eu tenho certeza que o ministério da saúde quer acertar, eu estou aqui para contribuir, e eu gostaria que não esquecessem, mesmo quando eu não estiver presente, geralmente vocês, que eu vim com esse ideal, que nós da sociedade civil devíamos um por todos, todos por um, que quando eu não estivesse vocês olhassem também pelo povo cigano, muito obrigado, era o que eu tinha a dizer.

Voz feminina

- Obrigado conselheira. Conselheiro Paulo Aché

Paulo Aché

- Saudação a todos os conselheiros e conselheiras, a mesa, bem eu acho que essa discussão do comitê, do plano ajuda a fortalecer o conselho na medida em que começa a instigar uma discussão para além dos segmentos representativos deste conselho, que é justamente o fortalecimento do conselho em si. Evidente que somos agrupamentos políticos do movimento negro, nós viemos de tantos agrupamentos, tanto agrupamento partidário, é segmentos ideológicos diferentes, agrupamentos de segmentos diferentes, então é inevitável que temos disputas políticas dentro deste comitê, dentro deste conselho. O importante aqui é perceber, ai eu vou nessa linha da Ana Costa, do Edson, da Cledilda, que é justamente, como vai ser a dinâmica e que vai pra além do documento, do decreto, que é, como vai ser dar essa dinâmica, entre o conselho e o comitê, e ai eu pauto que essa discussão tem que ser bem clara, inclusive em documentos, de como vai se dar essa dinâmica, por que eu acredito que com a presença do conselho, inclusive mexendo com a própria dinâmica de reunião deste conselho não pode ser de dois, ou em três e três meses não, vai exigir uma aceleração, uma maior presença, vai exigir que a CT realmente fortaleça, estruture este conselho, estruture os representantes, aí tudo bem, até não tem problema de três, de ser seis, desde que esteja bem claro ou em negrito a participação e fortalecimento deste conselho, eu acho que é isso que nós vamos, não quero fazer defesa aqui de segmentos, por que acho estamos além disso, não quero fazer defesa de que sou da Amazônia, não quero fazer defesa que sou do quilombola e não quero fazer defesa que sou indígena aqui agora nesse momento, mas quero fazer a defesa sim que sou conselheiro, e que estou a serviço desse conselho e da nação brasileira, seja ela preta, seja ela indígena, seja ela branca, pra um País melhor. Obrigado.

A Presidência da República não tirou estes problemas da pauta, pelo contrário, tá incluindo esses problemas que nós vamos ver aqui na pauta e essa reunião de Chefes de

Gabinete, que acontece todo mês, ela voltará a discutir políticas que possam debelar os problemas apresentados aqui. Eu fiz questão absoluta de falar isso porque eu acho que este Conselho, não hoje, hoje nós vamos no máximo conseguir precisar algumas informações com Daniel, ele tem tempo, aqui ele tem limite no tempo, aqui também tem limite, mas nós temos que pautar, na próxima reunião, se não nessa próxima, na outra, o nosso, a posição, o posicionamento do Conselho, ou seja, as propostas que o Conselho pode sugerir, pode orientar, para debelar os problemas. Eu quero dizer que a Presidência da República tá esperando isso, tá esperando, está esperando isto deste Conselho, este olhar, este estudo e algumas pistas de como enfrentar estes problemas, repito, não são novos, a maioria de vocês deve conhecer, mais eu acho que é o momento ímpar de fato os problemas serem encarados com a perspectiva de gerar a política pública, com a perspectiva de virar um compromisso de fato do Estado Brasileiro de debelar esses problemas que hoje alunos, e professores e trabalhadores em educação e a sociedade enfrentam, problemas seríssimos que de fato este Conselho vai poder contribuir muito, eu fiz questão, Daniel, de falar isso e vou insistir pra que esse Conselho em outra, em outro momento faça um debate profundo, faça um debate profundo e ofereça a Presidência da República e ao MEC e a SECADI, algumas pistas pra debelar esses problemas, muito obrigada, bom trabalho e vamos ouvir então o professor Daniel.

Professor Daniel

- Eu vou ficar em pé pra facilitar, e melhor puder enxergar os slides, e conversar com vocês. Boa tarde! Vou cumprimentar todos os conselheiros. O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CPIR). É um prazer, é uma honra tá aqui presente com vocês, agradecer o convite para tá aqui presente pela SECADI pra tá apresentando os resultados dessa pesquisa nacional sobre o tema da diversidade nas escolas, discutindo a questão do preconceito e da discriminação nas escolas. Uma pesquisa nacional que foi realizada em dois momentos, em duas fases, essa pesquisa porque, próximo slide, a intenção original dessa pesquisa pra SECADI, a Secretaria nova no Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização e Diversidade, juntando temáticas bastantes sensíveis, complexas que estavam soltos no Ministério, não tavam agrupados como referência de uma Política Pública, e a SECADI passa a dar visibilidade a estes temas e constatou-se que de fato não haviam indicadores de resultado no Censo Escolar, nas bases do IBGE, na PINADI, etc, que pudesse apontar resultados sobre a questão da discriminação, dos preconceitos, existentes na nossa sociedade que são fatores-temas que como hipóteses influenciam o desempenho escolar, influenciam a permanência na escola, a trajetória escolar, então essa pesquisa surge como uma ela é em dois mil e seis como a tentativa de enxergar melhor com indicadores fundados numa temática que tava dispersa.

Só um parênteses, eu tô com uma tosse alérgica, tá gente, não é gripe suína, gripe A e tal, não tive febre, dores corpo, nem nada é a nossa Brasília seca que nos mata nessa época do ano pra quem tá aqui muito tempo, então essa tossezinha aí não é nada muito preocupante não.

Então a pesquisa ela teve duas fases, uma primeira em dois mil e seis, que foi uma fase qualitativa; importante esse preâmbulo, tá gente, pra entender como surgiram os resultados. Essa parte qualitativa, realizada em dois mil e seis, com apoio direto da UFMG, os pesquisadores da UFMG, que trabalharam também com vários especialistas nessa temática buscou trabalhar grupos focais lidando com entrevistas em profundidade, diretores, gestores, alunos e professores pra trabalhar aí os temas, os grupos, as frases,

as expressões, a maneira de abordagem necessária pra fase seguinte que é a fase da pesquisa quantitativa de campo, que foi realizada no ano passado. Então o objetivo era mensurar percepções sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar, percepções porque essa pesquisa é uma linha de base, um ponta-pé inicial, uma referência de percepções, de posições, de opiniões, de colocações dos entrevistados que sinalizam a existência de um problema e sinalizam um ponta-pé inicial para um outro estudos mais aprofundados que as Universidades, os Institutos, as Fundações, podem e devem vir a realizar. A base de dados desse relatório, dessa pesquisa, é muito grande e permite vários cruzamentos e tal é o estímulo e ao final da minha fala eu reforçarei isso pra que as discussões continuem; a gente quer o adensamento do debate público, seja nos Conselhos, nos Fóruns ou na Universidade, nos Institutos de Pesquisa, pra nós avançarmos essa discussão; a hipótese da pesquisa era que a discriminação afeta acesso, permanência e sucesso escolar. Trabalhamos com escolas públicas de todas as regiões.

A pesquisa de campo ela abarcou os vinte e sete estados, de quinhentos e uma escolas públicas, buscando trabalhar com ensino fundamental regular, ensino médio regular, educação de jovens e adultos, em capitais e não-capitais, urbano-rural, num universo de dezoito mil e seiscentos correspondentes na pesquisa toda, que foi realizada na pesquisa de campo no segundo semestre do ano passado, em dois mil e oito, a FIPE, a Fundação de Estudos e Pesquisa da USP fez essa pesquisa de campo, tempo base todo o trabalho anterior que foi feito na fase qualitativa com grupos focais que apontaram temas que grupos, que frases, que expressões, que técnica elas deveriam ser abordadas, com representantes de pesquisa qualitativa, de movimento etc, que ajudaram a construir o cenário da pesquisa; foram trabalhadas em quinhentos e uma escolas, conseqüentemente quinhentos e um diretores de escolas, em cada uma dessas escolas dois profissionais de educação, e em cada uma dessas escolas dois pais, mães e responsáveis, mil pais, mães e responsáveis, que deram o cenário do grupo de respondentes.

Teve a aprovação do Comitê de Ética da UFMG, uma pesquisa dessa natureza precisa ser aprovada por um Comitê de Ética licenciado para isso. Fez um teste piloto, um pré-teste em cinco estados, ou seja, só pra salientar que teve todo um cuidado extremamente sério do ponto de vista de técnica de pesquisa, metodológico para sua realização. Ainda mais por ser um tema super difícil de ser trabalhado. De âmbito nacional, é uma pesquisa inédita; nós temos vários estudos localizados, regionais que tratam da temática, mais em âmbito nacional foi a primeira pesquisa, que me lembro, em Brasília, nós tivemos uma pesquisa muito interessante, com um tema similar a esse, sobre o público da escola aqui pública de Brasília, sobre o tema da violência, da discriminação, mais em âmbito nacional essa pesquisa ela é inédita.

Foram trabalhadas sete áreas temáticas e nove grupos sociais, então a questão de gênero geracional, pessoas com necessidades especiais, deficiência física e mental, a identidade de gênero, a questão dos homossexuais, a questão sócio-econômica, territorialidade, pobreza, étnico-racial, linha de pobre de ciganos, a questão de territorialidade urbano-rural, nove grupos sociais como tá posto aí, que foram os grupos em que se trabalhou diretamente a percepção dos entrevistados sobre as várias perguntas que foram colocadas em relação aos pobres, negros, índios, ciganos, homossexuais, grupos de periferia, do campo, com necessidade especial, física ou com necessidade especial, deficiência mental. Nessa pesquisa foram abordados basicamente três conceitos: um primeiro de atitude preconceituosa, onde os respondentes, em relação às sete áreas temáticas dos estudos apontados lá atrás gênero, geracional, quer ver volta lá no anterior, rapidamente, por favor, aquelas sete áreas temáticas: gênero, geracional,

pessoas com necessidades especiais, identidade de gênero, questão sócio-econômica, étnico-racial e territorial. Em relação a aquelas sete áreas temáticas, foram construídas frases que surgiram dos grupos focais da pesquisa qualitativa com especialistas envolvidos na temática em dois mil e seis com a coordenação da UFMG que juntou todo um grupo de especialistas ligados a essas temáticas que abordaram essas questões, foram construídas centenas de frases para tentar caracterizar a percepção, a atitude, a atitude preconceituosa correspondente em relação a aquelas áreas temáticas, em relação aos nove grupos sociais, de uma maneira que ele respondesse com a, tentando-se a máxima espontaneidade possível em relação a frases como: a homossexualidade é uma doença? Concordo muito, concordo pouco, discordo muito, discordo pouco. Estudantes do campo são mais lentos pra aprender? Centenas de frases, acho que foram cento e sessenta frases, nessas sete áreas temáticas, em que os respondentes tinham que se manifestar sobre isso. Próxima.

São três partes do questionário, uma daquela da atitude preconceituosa, antes de entrarmos no resultado, pra gente contextualizar o que estamos falando, a segunda parte do questionário, é o conceito que os pesquisadores chamaram de distância social. O nível de proximidade ou distância que eu me permito ter em relação a um determinado grupo social da pesquisa. Desde a questão de permitir que seu filho case, ou que ele se case com uma pessoa ou no máximo se é aluno da escola, ou máximo se é colega de trabalho na escola, qual o nível máximo de aceitação que você poderia ter em relação ao grupo social em destaque da pesquisa, que é o conceito de distância social abordado na pesquisa. Próximo.

E um terceiro grupo e último central é grupo de abordagem técnico-metodológico da pesquisa que é sobre as questões propriamente ditas de práticas discriminatórias chamado de conceito de buling, quando a situação de humilhação, conhecimento, a pessoa soube, viu, teve notícias, uma constatação mais objetiva, ele soube que determinado grupo, determinada grupo social, aquele homossexual, os negros, os pobres, ou as pessoas do campo, etc, que tão listados naquela lista de nove itens do grupo social, se ele soube, se esse grupo, se esse determinado ator, se ele foi humilhado, se ele foi agredido fisicamente ou se foi acusado injustamente; humilhação, acusação injusta ou agressão física que o instrumento categorizou para abordagem, situações em que o aluno foi acusado injustamente por ser negro? Nunca vi acontecer na escola, mas soube, ou vi nesta escola, então ele tinha como abordar isso no instrumento.

Bom, entrando nos resultados. A primeira parte daquelas três partes do instrumento chamado atitude preconceituosa. Concordo muito, concordo pouco, discordo muito ou discordo pouco. Algum nível, seja discordo muito, discordo pouco, de preconceito em relação às categorias apontadas no instrumento de avaliação, apresenta resultados muito altos, uma percepção, pelo menos algum nível de preconceito em relação às áreas temáticas se percebem com um patamar mínimo de setenta e cinco por cento por cento, chegando a noventa e seis por cento como no caso de necessidades especiais. Algum nível de preconceito, os respondentes, se mostraram ter um instrumento, pela abordagem das atitudes preconceituosas. Se a gente trabalha os grupos sociais, antes era área temática, se a gente faz o recorte por grupos sociais, algum nível de preconceito em relação às áreas, aos grupos sociais, nós percebemos num patamar que vai de setenta e um por cento a noventa e cinco por cento, seja noventa e cinco por cento com as pessoas com necessidades especiais físicas. Que num dá pra ficar na escola. Que a escola não é pra ele. Que ele só atrapalha. Frases espontâneas que foram construídas naquele item de atitudes preconceituosas que caracterizam uma abordagem mais espontânea do

respondente frente à situação. Seja no caso dos negros oitenta e sete virgula dois por cento, dos ciganos oitenta e cinco virgula nove por cento, dos pobres setenta e nove virgula três dos índios setenta e um virgula dois por cento. Uma certa disseminação da situação de algum nível de preconceito sejam concordo pouco, mais já mostram uma certa distância, uma certa rejeição em relação aquele grupo pouco manifestado. O índice de atitude preconceituosa em relação aquelas áreas temáticas, ela se dá intensidade daquelas respostas. Discordo muito ou discordo pouco, concordo muito, concordo pouco, e o quão que os resultados apontam para uma atitude preconceituosa, aí não é qualquer nível de preconceito, é um adensamento do preconceito obtido através do cruzamento daquelas quatro respostas obtidas lá do, da atitude preconceituosa. Aí, nesse caso, a gente observa atitude preconceituosa o índice, no caso, é maior apontado é pras questões de gênero apontado é o preconceito contra professores e professoras, professoras elas não conseguem entender os alunos, são mais lentas, são mais devagar, não apreendem melhor as necessidades do grupo, etc, etc. As questões geracional afetam a geração, uma geração que tá cada vez mais concatenada em bens (inaudível) [...] um nível alto de rejeição, no caso do geracional, trinta e sete virgula nove por cento, necessidades especiais trinta e dois étnico-racial, vinte e dois virgula nove territorial vinte virgula seis por cento. Em relação a atitude preconceituosa dos grupos sociais, nessa escala de zero a cem – essa mesma que você passou, anterior, anterior a das áreas temáticas esse aqui que você tava passando -. Bom, então se nós observamos os atores escolares, alunos, corpo técnico de funcionários pais e mães, os alunos eles tem mais preconceito um, dois, três contra gênero, geracional e necessidades especiais; o corpo técnico contra geracional, gênero e necessidades especiais, um é maior o sete é o menor, o um é maior e o sete é o menor, então percebe-se que alunos, corpo técnico, funcionários, pais e mães, eles tendem o foco da atitude preconceituosa maior nos mesmos grupos gênero, geracional e necessidades especiais, na variação da ordem, mais todos eles posicionados entre os três primeiros.

O percentual de distância social apresenta resultados piores, maiores de rejeição, do que atitude preconceituosa, de certa maneira num nível geral é semelhante a atitude preconceituosa, porque algum nível de distância social, todos apresentam ter em relação aos grupos, uma certa rejeição na proximidade física, num nível mais baixo, num nível mais alto, mais num certo nível de rejeição a aproximação com os grupos manifestados em patamares altos, só que quando a gente começa a separar algum nível bom, separados pelos grupos sociais, obviamente, que é dissecar aquelas áreas temáticas, aí são os grupos sociais, algum nível de distância social os percentuais são altos pra todos eles, mesmos o valor mais baixo que é em relação aos negros noventa virgula nove, é um valor muito alto ou em relação ao sentimental que é quase cem por cento, uma ojeriza a questão de ter o sentimental por parte da escola, o desafio da inclusão, ou a relação homossexual, por exemplo, ou em relação ao preconceito generalizado que se tem em relação aos ciganos, por exemplo o índice agrupado de distância social é essa rejeição a essa presença em relação ao outro ele é bem maior do que da atitude preconceituosa, atitude preconceituosa ela não passa dos cinquenta por cento, as pessoas meio que elas não são tão enfáticas, tão expressas, tão absolutas na questão da distância do preconceito social, da atitude preconceituosa que são aquelas frases e tal, mais na distância social, num querer proximidade, de manter uma certa distância, no máximo um colega de trabalho, no máximo aluno da minha sala, mais na minha casa deixa pra uma outra situação, então assim a distância social em relação aos grupos ela é muito mais manifestadas empiricamente, pela resposta aos dados, em relação a atitude preconceituosa, nós temos no topo orientação sexual, uma distância em relação a

homossexuais, em relação, todos eles bastante altos, acima da metade, um destaque para a questão da orientação sexual, tanto que, obviamente que, quando a gente trabalha com os grupos sociais o homossexual aparece com o topo da distância social com setenta e dois por cento, todos eles acima de cinquenta por cento, inclusive distância social pra uma situação curiosa na convivência da escola pública onde se tem uma certa relatividade, uma certa homogeneidade de uma situação sócio-econômica, você tem dentro do espaço, uma distanciamento em relação aqueles que são mais pobre dos pobres, aquele que chega meio sujo pra sala de aula, que vem do campo, que vem um pouco mais mal vestido, que vem de uma região de uma favela, com uma fama pior na região e vem pra escola, então todo esse ambiente permeia também o próprio grupo sócio-econômico semelhante que estaria dentro do mesmo ambiente escolar, então dificuldade em relação ao pobre, periferia ou favela, os preconceitos, os apelidos, aquela situação toda que é essa micro-sociologia, vamos dizer assim, que não é só do rico para com o pobre, entre os pobres um distanciamento, a categorização daquele que é o mais rico dos pobres, do mais pobre dos pobres, e cria-se as classificações que distanciam as pessoas. Em relação a esse ranking por atores da escola, alunos, corpo técnico, funcionários, pais e mães, corpo técnico entende-se diretores e professores, um, dois, três também é semelhante, a distância social é engraçado, tende a ser iguais um, dois, três pra todos os atores só muda um pouco a ordem, o um é o maior nível de distância social, o nove é o menor, não quer dizer que o nove seja uma pouca distância social, nós vemos que todos eles apresentam valores acima da média da maioria, acima de cinquenta por cento de nível de distância social que desejo ter, então o fato de ser nove ou oito não nos enganemos, que estaria num patamar mais próximo de aceitação, nós temos uma tensão nessa questão de distância social que esses dados apontam.

Terceiro grupo da pesquisa, do questionário, do instrumento refere-se as questões de práticas discriminatórias, é uma questão mais objetiva mesmo, de conhecer, de ter visto, soube que tá havendo violência contra a mulher, contra os negros, contra os pobres, uma percepção mais objetiva, do respondente sobre uma prática discriminatória, vítima alunos, nós tivemos o conhecimento da ordem de dez por cento de conhecimento de vítima de nível de conhecimento sobre vítimas e alunos aqueles da questão do bullying, cinco por cento professores, quatro por cento, cinco por cento funcionários. Vamos ver como áreas temáticas, os alunos respondendo, aí como é que vocês percebem que muda um pouco, muda bastantes os grupos sociais, quando entra no bullying, com as práticas discriminatórias, isso merece. Tudo isso que estamos apresentando gente é instrumento pra análise, a gente faz a apresentação e fica pensando alto porque isso tudo precisa ser parado pra pensar, precisa analisar, precisa ser estudado. O MEC patrocinou a pesquisa, mais todos nós temos que adensar o quê que esses dados querem dizer, nós não temos respostas do quê esses dados tão querendo dizer, a gente tá socializando uma discussão com vocês, mais assim, chama a atenção, que quando entra na prática discriminatória sofrida por aluno por ser negro, é o primeiro, 19 por cento dos alunos responderam ter conhecido ou soube que houve uma acusação injusta, ou uma violência física, ou um apelido pejorativo e tal, por ser negro, por ser pobre e por ser homossexual, esses três maiores destaques, que é aquela percepção mais objetiva, que é o bullying, que é a prática discriminatória percebida na escola, então por ser negro, pobre ou homossexual, são os três principais fatores, os três que tão nesta situação, tão numa situação extremamente complicada. São os três níveis que nós temos de maior destaque em relação da questão da prática discriminatória.

Não. É coerente o fato de terem um percentual muito pequeno por ser índio, por ser cigano, obviamente, porque os respondentes não convivem com índios e ciganos, não faz parte da rotina da escola conviver naturalmente com índios e ciganos, então o conhecimento de práticas discriminatórias em relação aos índios e ciganos é bem menor do que nas outras situações, até por ser mulher também não deixa de ser alto, dez virgula nove por cento. Próxima!

Conhecimento de prática discriminatória sofrida por professor; os respondentes responderam: olha nós soubemos que houve violência física ou acusação injusta, apelidos preconceituosos, pejorativos, violentos, em relação aos professores, primeiro lugar por ser idoso, às vezes eu tava conversando isso lá atrás, a dificuldade nossa com a, com nosso envelhecimento, nós somos um país que tá envelhecendo, nós somose temos dificuldade de aceitação do idoso, uma aceitação de que, no caso das escolas, pelas respostas que foram respondidas foram fora da realidade dos jovens, não tá entendendo seus diálogos, suas falas; é curioso isso, então merece uma atenção especial, essa questão da rejeição da prática discriminatória em cima do idoso. Professor por ser idoso, professor por ser homossexual, professor por ser mulher, as três itens apresentados em destaque, por ser negro, por ser pobre, todos eles muito próximos, todos com um vírgula três por cento de diferença, então é o grupo mais caracterizado, entre os professores, o grupo de conhecimento de prática discriminatória que beira os dez por cento, é um valor preocupante, não é porque é dez por cento só, nove, oito ou quinze, que sejamos, estejamos despreocupados com isso porque isso é um dado completo de violência na escola, chegou ao cume da rejeição, que é uma prática discriminatória, que é o bulling. Sofrida por funcionário. Mantém lá parecido com o resultado do professor, por ser pobre, idoso, negro ou mulher. Pode passar.

Nos atores escolares. Nós percebemos uma atitude, um maior conhecimento de prática discriminatória, no caso dos negros passam por quase praticamente todos os atores, só não o corpo técnico, por ser pobre também, por ser negro e por ser pobre, eles estão no topo aí, juntando os quatro grupos escolares, por ser negro e por ser pobre. Por ser homossexual, principalmente no corpo técnico ou nos funcionários? Por ser mulher tá na metade, mais ou menos, quatro, uma posição intermediária.

Então vamos fazer alguma reflexão pra ver se teria diferença entre os alunos ou do ensino fundamental ou do ensino médio ou da educação de jovens e adultos, pra ver se teria algum retrato diferente em relação a isso, por exemplo, em relação a questão étnico-racial, nós temos um patamar de vinte e seis por cento de atitude preconceituosa, de Pegando na fila vertical do ensino fundamental, ele tá abaixo do ensino que é trinta, vinte e seis, mais é um patamar que apresenta um valor acima do territorial, ele não tá no topo, a questão étnico-racial, em relação aos alunos do fundamental, nem relação ao ensino médio, nem em relação ao EJA, até coerência do que nós vimos de resultado lá atrás quando fala que na atitude preconceituosa a questão dos negros, a questão étnico-racial não está em destaque, o destaque está nas práticas discriminatórias, o destaque das atitudes preconceituosas é no gênero, é no geracional, então tende a manter a coerência dos resultados, então assim eu vou passar um pouco rápido nesses que tão separados por modalidade de ensino que tende a manter uma coerência, então o pessoal do ensino fundamental, que é a primeira coluna o resultado geral é setenta e três por cento de algum tipo de distância social em relação aos grupos, no ensino fundamental, porque a pesquisa apontou que quando mais jovem o grupo da pesquisa mais atitude preconceituosa, atitude discriminatória possui, por sinal nós vamos ver mais tarde sobre isso, quanto mais novo mais possui atitude preconceituosa, tá. Depois tem umas

conclusões que podem nos ajudar a refletir, então no pessoal do ensino fundamental a distância social maior em relação ao deficiente mental, em relação ao homossexual, em relação ao cigano; o pessoal do ensino médio a distância social maior, que é aquele pessoal que eu não quero maior proximidade. atenção máxima como colega, como amigo ou na sala, sei lá, no ensino médio os maiores percentuais cigano e no EJA, um povo um pouco mais velho, ensino fundamental de jovens e adultos (EJA), pra categorizar melhor, as vezes a gente fala com naturalidade EJA, educação de jovens e adultos, para um público adulto, os maiores percentuais para deficiente mental, para homossexual, para ciganos, ou seja, tende a manter uma certa coerência com relação as demais modalidades, agora muda quando a gente entra na questão do bullying muda, aí volta a ter coerência com aqueles resultados gerais, maior destaque, maior percentual com relação aos negros. Por ser negro, no ensino fundamental, ele tá em primeiro lugar, no ensino médio ele empata, não ele tá em segundo lugar no médio, perde pra o homossexual, mais tá no patamar próximo; no EJA ele está em primeiro lugar, junto com o ser pobre, atitudes de bullying, atitudes de práticas discriminatórias.

Se pegarmos os grupos sociais propriamente ditos, no caso de conhecimento de bullying, sofrido por professor, sofrido por professor, se a gente pega os respondentes do ensino fundamental eles respondem quem conhecem, aí não são percentuais relativos baixos, mais é dos respondentes do grupo de alunos, em destaque nos cinco por cento, por ser negro ele destaca-se no fundamental, no médio com seis pontos, ele tá só atrás de doze mulher e no fundamental, no EJA, com cinco pontos, em primeiro lugar junto com outros grupos, mais resultados não muito assim discrepantes.

Será que tem alguma diferença na atitude preconceituosa por respondente ser de uma escola urbana cá na capital, ou na urbana interior, ou no meio rural, então em relação a questão étnico-racial a maior atitude preconceituosa em relação a grupos étnico-raciais está em escolas rurais, vinte e nove; vinte e nove, vinte e três, vinte e dois está vindo ó na horizontal, étnico-racial, vinte e três, vinte e dois e vinte e nove, então vinte e nove que é no meio rural observa-se um potencial maior de atitude preconceituosa em relação a atitude étnico racial, se pegarmos a questão da orientação sexual que é o último aí também o maior no meio rural, da atitude preconceituosa, no meio rural as atitudes são mais preconceituosas, todos eles, em todos os casos, no urbano capital que a gente pega só a vertical, as escolas urbanas das capitais, o maior preconceito está no grupo geracional, na urbana interior o mesmo preconceito em relação a gênero, as mulheres, professoras mulheres e tal, não alunas mulheres, porque aqui é em relação a alunos, e no meio rural, se a gente pega só a vertical, o maior preconceito é com relação de gênero, ou seja, gênero e geracional, nas atitudes preconceituosas destacam-se. Passou já?

Aqui é a distância social, que é aquele conceito da não proximidade em relação dos grupos. Por ser negro, o maior nível de distância social percebe-se em respondente do meio rural, por ser homossexual, mais ou menos igual, por ser índio, mais na parte urbana mesmo, do que na parte rural. os resultados da distância social.

Situação de bullying sofridas por alunos. Por ser negro está num patamar semelhante se é capital ou não, rural, urbano-rural, está semelhante, chama a atenção no homossexual que é bem maior em situações urbanas, nas capitais do que no próprio meio rural, treze, dez, oito. Conhecimento de situação de bullying. Talvez porque tenhamos menos expressão de orientação de gênero de homossexualidade no meio rural, mais nas áreas urbanas, nas capitais e aí conseqüentemente um maior ambiente para que percebamos situações de práticas discriminatórias. Pode passar pra gente dar uma adiantada pra... só ver uma coisa aqui pra gente ganhar tempo.

Volta no outro lá, rapidinho. Isso aqui são um rápido comentário, tá. Quando a gente pensa atitude preconceituosa, que são aquelas frases dos respondentes, o pessoal do nordeste são mais enfáticos, são mais espontâneos, afirmam mais as atitudes preconceituosas, então no nordeste, que é na figura do meio aí, nós temos, no geral, 28, vinte e nove, trinta e dois, vinte e sete, vinte e cinco, na última linha na horizontal. Nordeste apresenta maior atitude preconceituosa, trinta e dois. Norte e nordeste, sul, sudeste ficam por último, a gente vai ver que muda quando a gente entra na distância social. Próximo!

Na distância social, se a gente pega a última linha na horizontal, aí quando se fala mais abertamente da distância que eu quero em relação aos grupos, o sul, o sul aparece em primeiro como aquela região que mais deseja a distância social, o sul e o centro-oeste, e o nordeste fica pra trás, então altera aquela ordem, que é um item que você tende a manifestar objetivamente no nível de distância que você quer em relação ao grupo, então o sul se mostra uma região com maior tendência de distância social. Pode passar, esse aí não traz muita diferença.

Bom, o preconceito da discriminação ela não corre de maneira isolada nas escolas, tá de certa maneira, um pouco disseminado, não afeta apenas um dos grupos sociais. Nas escolas em que os respondentes apresentam um maior nível de preconceito em relação a determinado tema, também se observa, maiores níveis em relação aos demais temas. Pode passar!

Agora os pesquisadores da USP observaram pelas características dos alunos, dos respondentes, pelas características das escolas a questão da atitude preconceituosa ela não se origina na escola, não é a escola que tá produzindo isso, ela vem já do seu ambiente cultural, do seu ambiente familiar, com mais ênfase, vem mais das características sócio-econômicas culturais do aluno, do que propriamente formado e gerado pela escola. Os dados da pesquisa apontaram isso. E aí chama a atenção algumas coisas analíticas da pesquisa que é o seguinte: quanto mais acesso a mídia, os respondentes possuem, menos preconceito, discriminação eles tem. Quanto mais acesso a mídia, mais acesso a mídia. Quanto mais velhos os respondentes, menos preconceito, discriminação possuem. Então se a gente pega o pessoal do ensino fundamental, médio e EJA, tá mais acentuado no próprio ensino fundamental, nos mais novos, pode ser como hipótese que a própria escola no decorrer da sua trajetória esteja ajudando a reverter isso, porque vai envelhecendo, tende a diminuir o índice de preconceito e discriminação, continua alto mais tende a diminuir, então pode ser que as escolas possam ter vir aí a contribuir para essa redução nessa trajetória dos respondentes no percurso escolar. Uma coisa curiosa, quanto mais forte, arraigada o nível de afirmação dele de participação religiosa, maior nível de preconceito e discriminação, os homens, descaradamente, com resultados mais fortes de discriminação e de preconceito do que as mulheres. Os amarelos com maior destaque (inaudível) [...] preconceituosa em relação a negros, isso é um recorte que fizemos lá só pra ilustrar um dos grupos, não dá pra mostrar todos os grupos agora por causa do tempo, mais atitudes preconceituosas em relação a negros, a maior índice, maior índice nós percebemos em relação a aqueles com maior exposição a mídia, aqueles do sexo masculino, de cor branca, amarela, em que a escola, o diretor tem uma menor exposição a mídia; alunos da região centro-oeste, norte, nordeste e alunos de escola municipais e de escolas urbanas fora das capitais.

Menor exposição à mídia. Menor exposição à mídia se refere ao acesso aos meios de comunicação, se acompanha tv, jornais. Aquela mesma explicação da pesquisa, que os pesquisadores da USP constataram de que não imputamos a escola que ela está gerando isto, isto ela está tendo dificuldades de lidar com isso como qualquer outra instituição nossa teria dificuldades para lidar com isso, mais está sendo, ela é gerada por características sócio-econômicas familiares que vem e que influenciam esse percurso dentro da trajetória escolar.

Distância social. Os resultados são semelhantes, acho que não tem nenhuma outra diferença. Pode ver o próximo. Ou seja, menor exposição a mídia, faixa etária menos elevada, sexo masculino, brancos, muda aí a região, sul e centro-oeste, saem norte e nordeste e entra sul e centro-oeste, mais algumas coisas são recorrentes, certo? Sexo masculino, faixa etária menos elevada, brancos, menor exposição a mídia. Em relação a negros também repete, é só mesmo uma constatação de uma repetição. Bom, aí a pesquisa também teve objetivo de cruzar, observar será que nas escolas onde se observa um maior índice de preconceito, de discriminação, o rendimento tende a ser menor, maior, em relação as provas nacionais aplicadas pelo MEC, Prova Brasil, SAEB, então ele pegou os resultados, pegou os alunos da rede pública, a Prova Brasil, que foi, é uma prova aplicada a cada dois anos pra alunos de quarta a oitava série do ensino fundamental, que fornece média de desempenho para o País todo e avalia português e matemática, pra essa, pros resultados da Prova Brasil. Volta lá! As escolas onde se constatou bullying contra professores foram aquelas que apresentaram os piores resultados na Prova Brasil. É claro, ambiente escolar deteriorado pra um ambiente de distanciamento de violência contra o professor foi o resultado que pela pesquisa apontou-se um menor resultado, menor desempenho na Prova Brasil, atitudes, bullying contra professor, contra funcionários foram os dois principais itens que apontou-se para o menor desempenho na Prova Brasil. Cerca de trinta por cento das diferenças observadas na Prova Brasil, foram explicadas por diferença nos níveis de preconceitos ou discriminação; naquelas escolas que observou maior conhecimento de práticas discriminatórias as avaliações na prova Brasil foram menores, e nas escolas em que os alunos apresentaram os maiores níveis de preconceito as avaliações também foram menores. Indicam a existência de relação em entre preconceito e discriminação e as médias na Prova Brasil. Bom, na verdade assim, eu acho que essa pesquisa ela, ela sinaliza e teve-se a coragem de da instituição educacional se abrir para pesquisa dessa natureza, mais não sejamos, obviamente, ninguém é, mais não sejamos ingênuos de achar que essa situação ela é própria somente da instituição educacional, se a gente for trabalhar em outras instituições sociais, provavelmente perceberemos sim esse, esse nível de preconceito, essa discriminação, que é algo que perpassa um pouco nossa mente cultural e familiar, mesmo apontado pela pesquisa que é esse ambiente cultural familiar ele influencia muito já pra trazer isso do próprio aluno faixa etária menos elevada, com carga maior de rejeição em relação aos grupos, em relação ao preconceito. A SECADI vem trabalhando com, desde dois mil e três, quando de sua criação, com diversos temas, com diversos cursos ligados a diversidade, materiais didáticos, leis que estão sendo criadas pra reforçar a importância da história da África, cultura afro-brasileira, da história indígena, da importância de lidar com a violação dos direitos da criança e dos adolescentes, a questão da homofobia, etc, é toda uma linha de atuação que está sendo trabalhado pra isso. Próximo!

Estão sendo trabalhados também, agora é uma iniciativa recente da SECADI, através da Universidade Aberta do Brasil, cursos de educação pra diversidade, uma oferta de

quarenta e dois mil cursos, com mil pólos no País inteiro; cursos de educação étnico-racial, curso de cultura dos povos indígenas, educação para a diversidade, educação escolar indígena, tem uma oferta prevista para quarenta e duas mil agora que serão ofertadas até o final do ano, com relação a essas vagas desses cursos de formação a distância na Universidade Aberta do Brasil. Agora antes de passar-lhes a palavra, alguns pequenos comentários, particularmente, acho que não somente a experiência de trabalhar com os cursos de formação a distância, presencial, materiais didáticos, leis e tudo isso são os instrumentais fundamentais pra gente avançar, sem dúvida alguma. Talvez nesse meio de reflexão que a gente está querendo ter com todos para poder discutir esses resultados, uma das idéias que nós estamos tendo, se de repente não seria interessante fazer um curso integrado de ambiente escolar, lidando com essas várias temáticas de uma forma integrada para formar um conjunto de uma comunidade escolar, por exemplo, não só isoladamente, aqueles que querem fazer os cursos dispersos em várias escolas pelo País, mais também talvez trabalhar cursos específicos de ambiente escolar com todos esses temas juntos para o conjunto de uma comunidade escolar, para isso virar um instrumento referência de um projeto político-pedagógico da escola, pra isso ser disseminado pelas escolas organicamente, não só pelo interesse pessoal e pontual de pesquisadores que queriam lidar com o tema. É importante que a gente venha a discutir essas questões todas, reforço e vou destacar aqui o que eu comentei no início da necessidade de vocês nos ajudarem a propagar isso pras Universidades, pros Institutos de Pesquisa, pras Fundações, pra que venham a lidar com essas bases de dados, o INEP possui essa base de dados, particularmente o INEP tá lançando um edital, que é um Instituto de Pesquisas do MEC, o INEP, tá lançando um edital de quatro milhões pra financiar núcleos de estudo sobre pesquisa educacional, entre as presentes temáticas pode entrar assuntos dessa natureza, de educação, de lidar com essa base de dados, de preconceito, discriminação; as inscrições deste edital estão abertas até cinco de outubro e financiam o núcleo de estudos, vamos criar núcleos de estudos nos Institutos de vocês, nas Universidades, através do INEP, do site do INEP que tá ansiando essa discussão. Vamos tentar avançar também no âmbito do MEC, com o observatório da educação, que é um observatório que trabalha com determinadas temáticas. Vamos ver se a gente vai conseguir, é uma iniciativa nossa mesmo, do nosso núcleo de gestão lá do MEC, de conseguir colocar essas temáticas de diversidade, de preconceito, de discriminação, como objeto de estudos também do observatório da educação. É importante adensar essa discussão, isso aqui é uma linha de base, de referência, um ponta-pé inicial, e o que o MEC busca fazer é contratar essa Universidade pra fazer pesquisa, se colocar no debate público como sendo um elemento importante de reflexão. Os pesquisadores das Universidades estão disponíveis para contatos de vocês, pra aprofundar determinadas temáticas, pra fazer palestras, em que for o caso a determinada situação. E aí a nossa esfera pública de discussão que precisamos aprofundar. Os relatórios dessas pesquisas estão nesse ícone desse site, nesse endereço, no item destaques, vocês podem entrar lá e puxar o relatório, puxar um sumário, puxar dados e tal.

(inaudível) [...]

Não, o edital tá no INEP www.inep.gov.br. Aí lá exatamente eu não saberei aonde tá. www.inep.gov.br, inep.gov.br, o edital aberto para formação de núcleos de estudos em temáticas educacionais em que podem tá incluídos toda essa discussão. A discussão tá muito nova ainda, precisamos dar um deslanche. Gente obrigado. Desculpe aí pelo tempo alongado aí.

Voz feminina

- Vamos abrir, então as inscrições, o professor pode ficar aqui conosco até as dezesseis horas. Até as dezesseis. Bom abrir as inscrições. Quica e Dr Elói por favor. Enquanto a Quica vai falando vocês vão se inscrevendo. Poderia falar o padre Ari e aí levanta e se apresenta de novo pro professor Daniel ter idéia do lugar que vocês vêm. Quica e depois o Padre Ari. E depois a Ieda.

Quica

- Boa tarde a todos e a todas, eu sou Quica e faço parte da Coordenação Nacional de Entidades Negras e sou do Estado de São Paulo. E faço parte de uma, de várias, de duas redes uma da Massa Mundial de Mulheres e da ORIASSE, uma organização de mulheres (inaudível) [...] agora promoveu, antesdonte um debate sobre o CONAI e eu recebi, via e-mail, essa pesquisa. O edital eu não sabia que tinha um edital, agora esse edital, que quando você, quando o MEC propõe a pensar no diálogo de formação com a comunidade escolar e a comunidade em torno, esse edital aí ele tá previsto a participação de organizações do movimento social desses temas que interessam, por exemplo, mulheres, que eu não tive acesso. Não sei se você poderia falar pouquinho porque se for só Universidade fica difícil.

Voz feminina

- Vamos ouvir os cinco primeiros pra gente devolver pro professor. Pode ser? (inaudível) [...] está então Padre Ari.

Padre Ari

- Padre Ari da CNBB, é sobre essa pesquisa colocada e denúncia, vocês tiveram acesso a pesquisa do jornal Data Folha, do ano passado, por ocasião do mês de novembro, parece-me que aqui aparece também a questão do preconceito escondido velado. Quer dizer o Brasil continua preconceituoso, só que sobre tudo em relação a população negra o preconceito ele está sendo escondido. Se manifesta quando é o momento. E uma outra idéia, eu não sei se vocês concordam, mas parece que o preconceito mais aceito, entre aspas, por isso que é o mais explícito, é o preconceito com relação gênero, em relação a mulher, em relação as pessoas de idade, porque isso ainda não tá colocando as pessoas na cadeia, agora o preconceito com relação ao negro tá colocando as pessoas na cadeia, então as pessoas estão escondidas ali.

Voz feminina

- Pronto padre?

Padre Ari

- Só uma ter um outro elemento, uma pergunta que eu faço até uma das campanhas da fraternidade apareceu isso, sobretudo em relação ao preconceito geracional, há uma construção de parte da mídia, da centralidade da vida sobre a juventude, quer dizer, mesmo que a juventude hoje ela viva processo de exclusão social, está aparecendo com clareza para nós que a juventude está sendo centralizada a vida, então quando se centra todo o processo da vida na juventude é claro que as pessoas idosas vão ser vistas como já pessoas fora de combate e que não precisam consideração, carinho e atenção. Esses comentários que eu queria fazer.

Voz feminina

- Brigada Padre. Ieda. Antes disso Oraíde tá lembrando que essa pesquisa foi remetida pra todos os conselheiros e conselheiras, então vocês façam um bom uso. Ieda. Façamos nós bom uso.

Ieda

- Eu sou Ieda, de Goiás, e, como alguns teimam em dizer aqui, sou a representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás, a presidenta. Eu participo do fórum da diversidade étnico-racial da SECADI, o fórum, e estou no fórum representando o centro-oeste na (inaudível) [...] na Comissão Técnica da Diversidade para Assuntos Relacionados a Educação dos Atos Brasileiros, quer dizer essa comissão, na última reunião que nós tivemos, nós fechamos um relatório, e aí eu vou tá disponibilizando esse relatório pra vocês, que é um olhar de pessoas preocupadas com aqueles eixos que foram apresentados na CONAI, que não tem nenhum recorte na questão racial e nos estados tem sido feita uma discussão com muita dificuldade com os educadores, e aí nos temos gestores, temos professores, pais, alunos, sobre essas questões étnico-raciais, essas questões da homossexualidade, a questão da juventude, e a questão do meio, eles tem a dificuldade em entender, eles acham que essa discussão não passa por..., o eixo, o eixo seis quem tava participando das conferências, sabe que o eixo seis, que é o seguinte: tudo que nós vamos discutir vai tudo pro eixo seis, aí mandou: negros, os índios, as mulheres, juventude, e aí virou uma situação muito complicada, então nós produzimos um relatório e um parecer técnico e com inserção em todos os eixos, como é que a gente poderia tá discutindo a questão racial dentro das conferências onde não aconteceu ainda? Então isso é uma coisa, e vou passar, Oraíde, e pra vocês depois, pras pessoas a gente passa pra conhecimento pra que nas próximas conferências a gente possa conseguir liberar o eixo seis, porque você junta todo mundo na mesma sala, fecha a porta, e fala assim: oh, se virem aí, quebrem o pau, nós estamos é nos outros eixos; não pode ser assim. Nós estamos em outra questão, fico preocupada com a situação do centro-oeste, eu sei que o preconceito do centro-oeste no sul é brincadeira, e uma questão que eu gostaria de levantar, mais pra reflexão, é que não porque as crianças crescem que o preconceito parece que ele só sabe esconder um pouquinho melhor, mais que na hora apropriada essa situação ela é aflorada, que ninguém da conta de segurar, então essas questões da violência contra o professor, ou da violência do aluno para com outro aluno, ela é muito forte dentro das escolas. Mas nós temos um projeto, eu acho que a gente tem que fazer uma pesquisa, e acho que essa pesquisa é importante porque ela vai, é um divisor de águas, e depois da implementação, em alguns espaços da Lei dez mil setecentos e trinta e nove, com a colaboração das pessoas que estão nos estados, o movimento negro já vem fazendo isso, mais agora o estado de fato fazendo com a ajuda da SECADI com aquela produção toda de material e com os cursos de capacitação, então nós precisamos ter essa conversa, e a gente não vai ter essa doce ilusão, quando tá apresentando assim, eu falo assim, não é que não é novidade pra gente, são coisas que a gente já vinha falando e que é importante tá traduzida nesses números, porque esses dados são importantes, porque as pessoas às vezes duvidam então a gente tem números, pesquisas sérias como essa e outras também contribui para isso, eu acho isso muito importante. Mais essa questão assim, os dados estão querendo dizer o quê? Que nós estamos no caminho correto, que nós precisamos discutir, precisamos essa pesquisa precisa tomar as ruas, as cidades, ou outros trabalhos também e a importância de termos chegado onde hoje nós estamos eu acho que esse é fundamental, e não acreditar, a criança, a menor, ela é mais espontânea, portanto ela vai

dizer mesmo que não quer sentar com o negrinho. Não, com esse negro aqui eu não quero! Professora. Minha mãe falou que num pode. Agora o aluno vai percebendo que as vezes tem algumas certas punições, opa eu tenho que esconder, eu não posso mais falar que não gosto, mais eu vou me afastar, então o preconceito ele vai tendo essa outra pesquisa de como o preconceito vai se escondendo atrás das pessoas e é isso que eu gostaria de dizer e acho que é importante. E uma outra questão, a escola, os professores, eles estão afoitos mesmos, abertos, querendo, sedentos por querer participar e colaborar, mais tem que ter a contrapartida do estado, se não tiver curso de formação, se não tiver a capacitação, se não tiver material, se não tiver pesquisa e se a gente não investir nos professores que tão lá garantindo que eles tenham também condições de trabalhar, e de estudar e de se formar e de criar teses, nós não vamos conseguir, mais eu acho que a gente está num caminho que a gente pode está apontando pra essas questões todas. Muito obrigada!

Voz feminina

- Obrigada Ieda. O Claudinho, depois o João Bosco e a gente retorna pro professor Daniel, mais ainda estão escritos o Paulo Acher e Maria Aparecida. Claudinho.

Claudinho

- Eu estou abrindo mão.

Voz feminina

- Está abrindo mão querido? Então João Bosco. É uma pena Claudinho você falar isso, nós podemos, Não. Eu adoro ele. Não, eu tô falando a verdade, ele sabe que eu tô falando a verdade. Ela tá dizendo que eu tô te provocando (inaudível) [...] será que é a proximidade ali do Mártir?

Voz feminina

- Eu acho que o Mártir centralizou ele. (inaudível) [...]

Voz feminina

- O Claudinho sabe que ele nos inspira, ele nos alimenta, ele sabe disso. Olha na fala do João Bosco a gente podia encerrar as inscrições? Está bom, então João Bosco.

João Bosco

- Espero que o Claudinho não esteja com febre. Isso é importante, importante.

Voz feminina

- Ele ainda vai se inscrever na sua fala, você vai ver.

João Bosco

- Bom, primeiro pra quem eu não falei, boa tarde a todos e a todas. E parabenizar a coordenação por esse tema que é muito importante. Daniel parabéns pela exposição e nós entendemos que o trabalho do INEP, ele tem contribuído de uma forma muito concreta pra nós mensurarmos a questão da discriminação, que no Brasil sempre se fala de discriminação, mais nós tamos mensurando e apontando possíveis soluções, possíveis formas de ações propriamente ditas. Eu participo também, nós participamos em SEABI, num outro fórum que é o Conselho da Nacional, Conselho de Desenvolvimento Econômico-Social, que nós temos também lá o laboratório de

equidade, que o teto principal é a educação e o debate fundamental também é a questão social, é por outro setor da sociedade, são os empresários, os banqueiros e tal, tem criado uma coisa também muito positiva. Eu quero dizer que o trabalho do SECADI é fundamental e nós fomos convidados, na semana passada, a participara de uma reunião na coordenação de ações educacionais, TOLEANDRO, e eles tem lá gente um projeto que é fundamental que é a escola além dos muros, onde tem todo um desenvolvimento pra escola ser algo gostoso, algo positivo, e pra isso eles estão resgatando as bandas de músicas, eles tem aparelhagem pra hip hop, tem todo um desenvolvimento de produto para que a escola esteja adequada a realidade local e com uma grande vantagem: você pede pro MEC, o recurso vai direto pra escola, não passa pelo município e não passa pelo estado, é direto com a associação de pais e mestres. Se tiver um projeto lá que tu quer montar, uma banda de hip hop, montar uma fanfarra, um grupo de capoeira, uma sala de leitura, tem recursos sobrando nisso daí. Vou passar agora o cartão pra vocês lá. É um projeto fundamental; a ANSIABI tá preparando um projeto sobre educação econômica pra esse pessoal, são vários cadernos de informática. E a grande vantagem disso, é que o dinheiro não passa pelo estado, vai direto pra escola, vai eu vou deixar depois o endereço, vocês podem repassar. Obrigado!

Voz feminina

- Agora Paulo Acher. Oh, Paulo Acher, Maria Aparecida, depois o Altair; professor você já gostaria de fazer suas considerações? Ou todo mundo. Paulo Aché, querido! A Oraída vai passar o endereço de onde tem a grana pra vocês.

Paulo Acher

- Boa tarde! Paulo Acher, da Rede Amazônia Negra. A princípio eu gostaria de perceber aonde se dá essa pesquisa? Foi em todo o Brasil, mais em que estado, especificamente? Porque na região norte, nós temos uma dificuldade aqui na frente da Amazônia Legal, das questões de dados. As pesquisas que foram realizada em 99, 2000, 2001 e 2003, só pegaram o eixo como Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e alguns eixos assim de cidades assim, que aí fizeram suas análise dentro dessa relação étnica-racial e a região norte ficam muito carente dessas pesquisas, desses dados, que possam tá subsidiando não só as políticas como também alguns projetos que precisam de dados no processo da sua justificativa, que traz o convencimento e até, de repente, pra gente poder perceber a dimensão da escrusão de populações negras e indígenas nessa região e aí eu coloco pontualmente, com relação a região norte, qual foi os estados que foram, que a pesquisa conseguiu chegar pra realizar. Era isso. Obrigado!

Voz feminina

- Obrigada. Maria Aparecida.

Maria Aparecida

- Bem, eu também sou da Amazônia Negra, e represento nesse exato momento, por estar vivendo estas questões étnico-raciais, no Tocantins. Eu também, quando eu cheguei, o professor já tava iniciando sua apresentação e eu não vi que estados ele falou, que veja, o Tocantins, ou o município que tem cento e quarenta e nove municípios e essa discussão é municípios, o estados do Tocantins tem quanto? É, isso, e essa discussão começou agora e ela é muito fechada, primeiro porque começa aquele negócio do ser moreno, aí a menina vem e fala pra mim: eu não sou morena não, eu sou negra. E a gente tá abrindo essa discussão agora. O estado, enquanto legislador, enquanto executor, ele é extremamente fechado. Houve um grande boicote. Que a gente

queria até fazer uma moção aqui pra promoção de igualdade, porque da forma como foram avisados, metade dos delegados não vieram, só vieram aqueles que pagaram com seu dinheiro, na última hora houve um boicote total, desde a discussão regional. Uma das discussões que nós chamamos a atenção aqui foi da CONAI, porque quando nós percebemos, com muita briga conseguimos montar o centro de promoção de igualdade racial dentro da universidade, através da pró-reitoria de extensão. Existe um pequeno grupo que discute isso na secretaria estadual, o rapaz tem grande vontade, mais não há liberação de verba nenhuma, a gente se oferece e vai por nossa conta. Os professores tem sede, porque pela primeira vez eles falam: eu não sabia que eu tinha direito de voz. Quando eu cheguei pra fazer o primeiro curso de formação, reinformação das questões étnicos-raciais; eles falavam: eu não sabia que eu poderia falar isso; então é uma discussão, eu falo, por Mato Grosso, porque Mato Grosso começa esse embate, de discutir a questão racial, desde o final dos anos oitenta, quando sai aqueles parâmetros curriculares, mais Tocantins, pelo que eu estou lá a um ano e meio, isto está sendo discutido agora, nós estamos com capacitação, de formação de professores negros da zona rural, acabei de trabalhar com aquela questão do Brasil Alfabetizando, um Projeto aí que eu não tô vendo futuro nenhum e nesse projeto eu fui discutir as questões do Quilombo, porque a metade dos professores que estão trabalhando com o Brasil Alfabetizado é da zona rural, não tem noção, são negros, mais não se acham, não tem noção do que é isso e como trabalhar. Quando ele apresentou o estado eu fiquei pensando: ele está falando de Minas? do Centro-Oeste? De que local? Porque o norte, você vai ter uma grande dificuldade, o IBGE mostrou, que aponta, nós dizemos que com a divisa de Goiás, a desagregação Goiás- Brasília, quando forma Tocantins, 90por cento da população que vai pro Tocantins é negra e quilombola, mais ela não se acha e não se denomina assim, tanto é que uma das questões que a Palmares coloca pra o reconhecimento das terras é que eles não se acham, eles não são denominados negros, aí eu acho que o seu projeto é um projeto interessante quando você apresenta esses dados porque a gente pode usar esse material pra está discutindo na sala de aula, pra tá discutindo com os projetos de governo, porque enquanto eu estou aqui no Conselho, mesmo como suplente, eu já modifiquei algumas questões nesse estado que só tem um ano e meio que eu tô lá, e agora descobriram que vão lá na Universidade e reclamam que eu vou dar um jeito e, por um lado é bom, por outro não, porque eu caço confusão. Mais por outro lado esse projeto nos dariam base pra está montando os projetos por estados, principalmente nós que pertencemos a Amazônia Legal, que são os estados mais pobres, eu fui dar um curso, no mês de maio, em Porto Velho, de capacitação pra falar sobre a Lei dez mil setecentos e trinta e nove, e era assim, metade das pessoas que tavam lá eram sulita que foram abrir as matas, não se achavam negras, aí eu falei: não aqui todo mundo é negro, mesmo tendo a pelo branca; aí fui explicar a formação do Brasil, a questão, então é uma questão assim, quem conhece o norte como nós aqui da Amazônia legal conhecemos esse projeto deveria param ajudar e forçar com que o governo criasse ações políticas e projetos, não só pra capacitar, porque eu não vejo só mais um problema só capacitar professor não, o problema tem que começar da base, das famílias, tem que começar com os alunos, dentro das igrejas, porque hoje em dia, os pontos de mais discussões de preconceito são as igrejas.

Voz feminina

- Conclua, Maria Aparecida.

Maria Aparecida

- Já concluí.

Voz feminina

- Obrigada querida. Então Altair. Ela é disciplinada. Altair.

Altair:

- Bom, boa tarde, eu peço desculpas também que eu tava no gabinete, não cheguei no início, mais eu queria trazer uns pontos, eu ontem distribui esta cartilha pros conselheiros, que foi uma cartilha que nós elaboramos em Salvador para o professor e vem com relação a crianças fousfor, e ai nós temos uma questão que é, acriança ela é discriminada por ser negra e por ter a doença e ai tem um aspecto na pesquisa que eu não sei, por isso que eu peço desculpas, se é a questão dos portadores de patologias, crianças com patologias, nós temos um processo sério de discriminação na escola, de crianças negras albinas, principalmente as crianças negras que tem albinismo, elas são muito discriminadas essas portadoras de deficiência e noutro aspecto que eu não e que a gente vem trabalhando é a discriminação por questão religiosa. Então nós vamos proibir as escolas crianças que são discriminadas por serem de religião de matriz africana, principalmente, então eu não sei, desculpe a minha conjectura, de qualquer modo trazer nesse aspecto ai, sentido dificuldade dessas crianças, por exemplo, por sua opção religiosa elas estarem sendo excluídas dos processos e principalmente aquele ponto que você falou do buling, crianças que são chamadas de macumbeiras, filhas de Exu ou de Satanás e por ai vai, dentro da sala de aula. Então esse aspecto religioso e de portadores de deficiência é interessante porque esse é um processo que ele permanece em todos ciclo escolar e tem um outro ponto também que eu acho interessante a gente aprofundar, é a questão da universidade, a gente tem tido debate sério na Bahia onde essa discriminação ocorre dentro da universidade principalmente com alunos cotistas, então isso vem batendo fortemente na gente, professores são os principais discriminadores de alunos cotistas. Então os professores que divulgam em sala de aula que os cotistas vão cair o percentual da qualidade do ensino, os professores fazem isso. Então é interessante futuramente a gente também abordar a questão do ensino superior que é fundamental pra gente e a gente vem discutindo cotas também no apoio de pós graduação, este é um ponto fundamental, é preciso ter na pós graduação cotas porque nós temos cotas na graduação, mais professores que hoje discriminam o aluno.

Voz feminina:

- obrigada Altair. A CEPPIR atenta com essa ultima questão que você está falando, lançou dia treze de maio aquela parceria com CNPQ para garantir cotas para negros e negras nas bolsas de pós graduação e doutorado, pós doutorado. Então já começamos, já abrimos à picada, mais você tem razão. Bom, vamos então passar pro professor Daniel pras considerações dele.

Daniel:

- Bom, agradecer os comentários, as sugestões, comentários, perguntas, tentar comentar algumas delas. Bom, em relação à conselheira Quiçá, o INEPI ele está financiando instituições publicas e particulares de educação superior e de pesquisa, que é a lógica de financiamento regular do INEPI, agora, obviamente os movimentos, as discussões temáticas tem muita proximidade com determinadas universidades, com determinados grupos, com determinados especialistas e essa proximidade deve ser fomentada para que estas instituições possam lançar projetos de temáticas de interesse dos movimentos sociais que certamente interessa vários pesquisadores, vários especialistas que estão

envolvidos nessas discussões todas e que podem usar suas instituições como referência para lançar esses projetos de financiamento do INEPI.

Alguns recortes específicos de algumas falas, eu acho, pensando alto um pouco das várias falas, fiquei imaginando que seria muito interessante que nós aprofundássemos essa pesquisa, esses resultados e tal num recorte mais aprofundado está o âmbito estadual, como nosso país tem uma diversidade de regional, cultural muito rica, a pesquisa sim ela teve um retrato nacional, foi em todos os estados, numa amostra realizada, desenvolvida pela USP e tal, mais mereceria a pena fazer um estudo aprofundado nos estados, com universidades locais, usando essa base de dados, utilizando-se, inspirando-se um pouco nessa abordagem para avançar e ver como que nas realidades locais, regionais do estado esses resultados se apresentam e como é a profundidade, então é um recorte com olhar mais aprofundado, que aqui o recorte é nacional, todos os estados foram abordados, mais sem aquela profundidade de estudo específico local que vocês podem vir a fazer na Amazônia, em estado do nordeste, centro oeste, etc. então acho que merecia a pena a gente de fato avançar nessa discussão, foi levantado pela conselheira Maria Aparecida e por outros também que falaram aqui dessa temática. Não é só nessa discussão que surgiu a sugestão que eu acho que é excelente, muito bem vinda de ter, de entrar um espaço, como o conselheiro Aldair colocou nela, foi a discriminação religiosa, não entrou, caberia sim, caberia entrar um espaço para aprofundar isso da discriminação e preconceito. Pelo viés da escolha religiosa das pessoas, isso deveria entrar, não entrou, mais já não é um primeiro momento de um fórum que as pessoas comentam isso, então isso é um dado importante necessidade especiais, pessoas com deficiência física e mental foi abordado na pesquisa mais não os detalhes como se levanta pessoas com fauscormi e tal que mereciam uma outra abordagem, talvez estimulando-se que se faça isso em institutos que possa aprofundar essa discussão, mais essa pesquisa não pegou, ela pegou só as necessidades especiais nas deficiências físicas e mentais. A discussão de cotistas nas universidades é outra provocação interessante que nós devemos estimular induzir que vocês possam estar junto com as universidades, com apoio do MEC vir a fazer proposta nesse sentido, acho que já merece um pouco essa discussão, merece essa discussão e se pensarmos, entre aspas, os cotistas, sobre o recorte sócio econômico, nem tanto sobre a questão racial, também mereceria inclusive uma preocupação, foi observado numa escola pública como é que está também esta questão da discriminação e preconceito dos alunos do bolsa família por exemplo, merece atenção também isso, nós já estamos com trinta e dois por cento das matriculas da educação básica, com alunos do bolsa família, será que este grupo está estigmatizado? Será que ele ta sendo. Por ultimo, comentar que na discussão lá junto ao Presidente da República, foi muito interessante, foi feito no mês passado, quando muito se percebeu que essa discussão não é o reduto da instituição educacional, nós temos que propagar no ambiente cultural, no ambiente familiar, nas campanhas de mídia, nas campanhas publicitárias, nas protagonistas que tem mais acesso como nossos porta vozes na discussões, nos ambiente que a gente tem por ai, e você são vários deles pra isso, de trazer a tona essa discussão pros ambientes sociais, familiares. Essa foi uma percepção muito interessante quando tivemos aqui a reunião da presidência que eu acho que tem que ser assumida pela sociedade essa discussão, porque ela não é reduto da redução educacional essa questão da discriminação e preconceito, longe disso, ela está disseminada infelizmente, nós temos que utilizar essa discussão em outros ambiente sociais e culturais. Gente é isso, desculpe mais eu tenho um horário pra sair agora por causa de outro compromisso, então agradecer

enormemente a participação com vocês, estamos abertos aqui a outras situações e desejo uma boa reunião pra vocês.

Voz feminina:

- Nós é que agradecemos o professor, que eu não tenho dúvidas de que ele, como outros dirigentes da CECAD se disporão a vir de novo dialogar conosco, acho que a fala dele já apontou esse compromisso e já mostrou alguns caminhos de discussão conjunta. Obrigada professor. Brigadíssimo, bom trabalho. Então pra (inaudível) [...] diferentemente de mim, que no horário do Eloy me corrigiu e eu preciso corrigir vocês. Também ta desligada amigo, desculpa, eu preciso de, o mais (inaudível) [...] ta me chamando a atenção, convenio da CEPPIR, o CNPQ não é pra pois graduação como todo mundo concorda, porque CNPQ financia pós graduação, é que é com o CNPQ e outro programa lá que financia, o BIBIC que financia graduação, então nós ainda temos que abrir a picada pra colocar cotas e buscar bolsa pra negros e negras, na índia, ou ciganos, na pós graduação. Mais eu quero só pra terminar dizer o seguinte, a própria fala do Daniel antes aqui já anunciou alguns programas, algumas possibilidades que pode nos dar uma certa tranqüilidade, não só esse edital do INEP, não só os cursos que a escola a distancia ta fazendo e as falas de vocês já nos remetem pra que a gente tenha que aprofundar mais ainda a luz de considerar que não é só o ambiente escolar que produz e reproduz a discriminação, mais considerando toda esse terreno nebuloso onde na escola e na vida se repete, ou seja, quando você vai falar, você disfarça, você consegue controlar o seu nível de preconceito, quando te faz uma pegadinha como as frases tentaram fazer você se denuncia, você: - bom, eu não sou preconceituosa, eu não pratico discriminação, mais eu quero distancia de negro, eu quero distancia de índio, de cigano, de portador – então eu acho que essa pesquisa ela foi muito inteligente nessa pegadinha e revela e mais do que isso, quantifica, como João Bosco falou, a gente começa a ter números pra gente poder trabalhar e fundamental a nossas falas e articular na nossa igreja, no nosso partido, no nosso governo, na nossa casa, na nossa escola, nos nossos terreiros. Então assim, eu acho que nós estamos começando um enorme diálogo e quero chamar a atenção também pro seguinte, assim como na reunião do chefe de gabinete, foi muito impactante pra mim que sou da área o olhar da maioria, assim, o susto da maioria de ver revelado essas coisas que a gente vem brigando pra que sejam reveladas e por outro lado este compromisso que o Daniel falou, não se trata de trabalhar só com a educação, só dentro da escola e só com crianças e só com professores, funcionários, trata da gente olhar pro interior do governo e trabalhar no interior do nosso governo também. Eu inclusive fiz um desafio pra todos, eu falei: - olha, se daqui dessa reunião - isso foi dia vinte e oito de julho, trinta de julho, sei lá – se de hoje, dentro de três meses, cada ministério aqui presente fizer algo que parece muito simples, que é de constituir um comitê da diversidade dentro do seu ministério e trabalhar a forma de atender o publico pra que seja respeitoso com vários seguimentos da sociedade e a forma de incluir no seu ministério negro, negra, indígena, cigano eu asseguro que aquilo que eu pensava que aconteceria em cem anos, eu asseguro que acontece em dez, eu acho que esse estado começa a ser estado cidadão de fato – então assim, eu to dizendo isso pra repetir o seguinte, a responsabilidade desse conselho pra se debruçar sobre esses números, pra exigir, reivindicar do governo, do MEC outras possibilidades como o próprio Daniel ta dizendo aqui, quem sabe vamos incluir e se de fato quem é portador de patologia, só discriminação, se cotista, só discriminação, vamos quem sabe replicar esse estado já que o país é continental, se a gente não provocar, este conselho não provocar o MEC, ninguém nasce sabendo, ninguém faz, faz sendo provocado, ainda mais uma provocação do bem de um conselho como esse, funciona muito, então acho

que a responsabilidade nossa é enorme, acho assim, fabuloso que o Marcos possa ter visto essa pesquisa que o nosso sub secretário de ação informativa tem uma responsabilidade enorme com todos esses temas aí, a sub secretaria dele e acho que nós podemos contribuir muito com a CEPPIR, com o governo e de fato com a construção de políticas públicas pra debelar estes problemas. Mais então eu quero dizer que o João Bosco tem razão, eu quero fazer coro a ele, eu acho que o conselho tá de parabéns por pautar e dialogar este ponto e continuem disposto a discutir e aprofundar isso. Então um enorme abraço e acho que nós apenas estamos continuando a cumprir a nossa tarefa, nós conselheiros e dirigentes da CEPPIR, abraço e bom trabalho.

Voz feminina:

- Obrigada Sandra.

(inaudível) [...]

Microfone por favor.

Marcio:

- Pra identificar, Marcio das Chagas, sub secretário da estimativa da CEPPIR. Boa tarde pessoal, é que a partir desse mês de setembro, o mês próximo de setembro, a CEPPIR e o MEC vão estar, até pra atender Sandra essa demanda, nós vamos estar fazendo cinco seminário regionais em todas as cinco regiões do país, no qual na verdade vai ser o lançamento do plano de implementação da Lei dez meia três nove, mais ao lançar o plano nós também vamos fazer um seminário que nós vamos apresentar parte dessa pesquisa e uma outra pesquisa comparativa que foi feita de Brasil e Chile também pela CECAD no qual faz um desenho de porque as políticas, de que determinados setores da sociedade conseguem entrar no sistema educacional de maneira diferenciada e outros não, então nós vamos estar fazendo isso um seminário, vai ser apenas um dia de trabalho esse seminário, na parte da manhã vai ter apresentação da pesquisa e o lançamento do plano e na parte da tarde um debate com os técnicos da educação, com todos trabalhadores da educação, isso é um, nós estamos chamando as CONCEDS, os conselhos de educação, os fóruns de dirigentes municipais de educação pra participar disso. Nós só estamos fechando a data, porque tem que bater com a agenda do Ministro Edson com, bater a agenda com o Ministro Fernando Andrade, bater a agenda da CECAD com a agenda da SUBIA, então nós estamos fazendo isso, mais é bom informar e que os membros do conselho, os integrantes do conselho fiquem cientes do que tá acontecendo e nos ajude, talvez a gente não tenha condições de ajudar muito com deslocamento como nós fizemos na conferência, mais vocês sabendo que vai ter esse evento na região de vocês se puder deslocar, se puder convidar as pessoas, nós queremos também que a sociedade civil participe, em menor numero porque na verdade a idéia é que a gente sensibilize os gestores em educação pra isso e o FIPIR também vai ser peça fundamental pra nos ajudar nessa mobilização.

Voz feminina:

- Obrigada (inaudível) [...]

Voz masculina:

- Vamos, então vamos retomar de onde interrompemos as doze horas e um pouquinho, foi um instante onde interrompemos de pensando como reconstruir todo aquele debate pra gente concluir essa pauta que iniciamos na manhã e que todos debateram com

bastante entusiasmo, foram muitas as inscrições e muito debate. Nós ficamos de trabalhar o que fosse de pensar tanto em relação às propostas que foram apresentadas no primeiro tema durante no primeiro horário da manhã que foram inúmeras propostas que foram oferecidas e ao mesmo tempo pensar no que tem acontecido durante o almoço de toda um a reflexão, de todo um amadurecimento diante do que foi colocado aqui durante a manhã. Todos estão comendo, bom, vamos pensar de barriga vazia a gente pensa com mais dificuldade, é verdade. Então gente, houve um tanto de propostas aqui colocadas, desde a gente chamar esse debate pra uma próxima reunião do conselho, marcar uma reunião extraordinária do conselho pra poder discutir a indicação dos membros do conselho pra integrarem ao plano, o comitê do plano, enfim, um tanto de propostas foram colocadas, até a guisa de preocupação, resolver preocupação você tem que ter um calendário pra me orientar aqui na ajuda de buscar solução se a gente não consegue sair dessa situação de impasse na data de hoje. Que eu gostaria antes de perninamente, cadê, Oraidá, não sei onde Oraidá foi, mais é de repartir um pouco, talvez eu partir de um pressuposto horário da manhã que se demonstrou, mostrou absolutamente insuficiente, que foi o de considerar que o nível de informação que todos nós teríamos, já tivesse absolutamente nivelado e fosse completamente de todos e absolutamente igual que era em relação ao plano nacional de promoção da igualdade racial, acho que isso foi insuficiente, porque o que é o plano nacional de promoção da igualdade racial se todos tiverem, todos tem esse documento, todos receberam esse documento?

Na pasta.

O plano nacional de promoção da igualdade racial ele é originário de um Decreto do Presidente Lula, que eu pedi pra que todos olhassem naquele período do intervalo, ele tá na página dezessete. É o Decreto que instituiu o GTI, Grupo de Trabalho Interministerial para formulação do Plano nacional de promoção da igualdade racial, é um Decreto de oito de novembro de dois mil e cinco, tá aqui, Decreto de oito de novembro de dois mil e cinco. Esse Decreto inclusive, quando ele forma o GTI, o grupo de Trabalho Interministerial ele compõe, tem um membro, um representante do conselho nacional de promoção da igualdade racial que integra esse GTI. A formulação do Plano nacional de promoção da igualdade racial ficou em cargo do governo, dos órgãos do governo e integrado por um representante do conselho nacional. Eu não tô aqui com o nome do primeiro titular do conselho nacional que compunha a época, isso tá aqui na página, todos aí acompanharam na página dezessete e depois a página vinte, onde tem aqui no item quinze um representante do conselho. De dois mil e cinco a dois mil e oito foi feito segundo as orientações de que emanaram da primeira conferência nacional, todo um bloco de sugestões, mil e tantas sugestões encaminhadas por todos os órgãos pra como formatar o Plano nacional de promoção da igualdade racial. Aquelas sugestões todas, após um longo debate de dois mil e cinco a dois mil e oito, aliás só a propósito, esse Plano nacional de GTI, ele tinha um prazo de sessenta dias pra concluir o Plano nacional de promoção da igualdade racial, ou seja, de oito de novembro até oito de dezembro, oito de janeiro a gente teria que ter, oito de janeiro de dois mil e seis a gente teria de ter o Plano nacional de promoção da igualdade racial. Em dois mil e oito nós ainda não tínhamos esse plano, porque não tínhamos, porque todos os órgãos que aqui constam enquanto integrantes desse GTI, desse grupo de trabalho interministerial, não tinham concluído, não tinham conseguido pactuar todas as ações, programas, inclusive projeto de promoção da igualdade racial que permitissem um Decreto de aprovação, um decreto de aprovação de promoção da igualdade racial. Nós iniciamos no

ano passado, reiniciamos no ano passado, porque o conselho anterior já tinha discutido, já tinha trabalhado todo esse trabalho do PLANAPIR mais não havia possibilidade de pactuar no governo, em todos os órgãos, em todos os Ministérios um Plano nacional de promoção da igualdade racial. Chamamos as reuniões no ano passado, em dezembro do ano passado, novembro, dezembro do ano passado, ta aqui o companheiro João Bosco, o conselheiro João Bosco, que era o suplente do Ronald, que era o titular Ronald conselheiro do CNPIR e o João Bosco era o suplente e acompanhou as reuniões de pactuação com todos os órgãos. Depois de uma meia dúzia, de umas três reuniões que houve de pactuação com todos os órgãos e ainda com algum nível de dificuldade pra reunir todos os órgãos como vocês bem sabem que não é simples construir uma agenda que reúna todos os órgão aqui de uma vez só, não é simples, leva um pouco de tempo, é demorada, nós conseguimos fazer com que a casa civil convocasse todos os órgãos e dali conseguisse ter o que fosse de consenso, o que fosse de extrato pra formatação de plano nacional. A partir daquele instante, de janeiro desse ano, de fevereiro desse ano, quando a casa civil chamou a si a responsabilidade de começa então reunir junto com todos os órgãos na formulação desse plano, nós fomos até junho com a casa civil, e ai a casa civil já passou de pactuado com os órgãos, já tinha sido pactuado, que ainda não tinha acontecido, alterado, outros dados formados que ainda não tinha sido informados, a casa civil constrói o Decreto de aprovação do Plano nacional de promoção da igualdade racial, constrói esse Decreto. No instante de construção desse Decreto, o Decreto de formulação do plano, que eram todos os órgãos aqui, nós tínhamos um representante do CNPIR, no Decreto do comitê de monitoramento, de articulação, nós conseguimos fazer uma discussão de alterar de um, alias, de dois, éramos dois aqui, um titular e um suplente, ta aqui no decreto de dois mil e cinco, de alterar esse numero, pra ampliar esse numero, pra aumentar a representação da sociedade civil, especialmente do conselho, mais especialmente da sociedade civil, no campo de monitoramento e articulação das políticas do governo terem visto aquilo que nós trabalhamos no inicio que é de ter gestores, é de construir disso uma política do estado brasileiro, independente da nossa presença, da nossa passagem, aqui que é temporária, como foi do conselheiro Ronald, foi do conselheiro João Bosco, quando acompanhou como suplente a continuação da formulação desse trabalho. Disso esse plano tem que ser uma política do estado brasileiro. Então isso, esse posto aconteceu, conseguimos ampliar o numero de um a três conselheiros e mais três titulares e três suplentes. O que não é, considerando isso, o outro aspecto que quando a gente vê o decreto do comitê, que instituiu o comitê de monitoramento a gente vê que vai, o artigo sétimo ele coloca o funcionamento, a criação em funcionamento de comissões temáticas que terão responsabilidade completamente de se envolverem em todo temário e até como a gestora colocou no inicio da fala dela hoje pela manhã, da preocupação com alguns aspectos, a preocupação com o aspecto de tempo, ano que vem nós não temos nenhum tempo razoável pra poder trabalhar, colocação de força, a Lei orçamentária a ser executada com inúmeras ações de que podemos trabalhar com o plano e outro aspecto, um regulamento do plano pode ser absolutamente recepcionador do que a gente sente de necessidade de participação maior do conselho nacional de promoção da igualdade racial, de recepcionar todas as manifestações ou pelo menos as manifestações que acentuam a necessidade de terem a inclusão de mais temas, de mais ações, eu acho que isso, até porque o numero de comissões temáticas do comitê, não tem limitação no numero de comitê, não tem limitação no numero de comissões temáticas que vai até enquanto a preocupação que o Altair também levantou no inicio. Por um objetivo que nós temos e pra repartir com o conselho porque é uma responsabilidade do conselho e quando nós tentamos chamar esse desafio de, não desafio, de chamar essa eleição pra

essa data é porque é uma situação objetiva, ou nós assumimos nesse instante que vamos estar acompanhando, vamos estar com a responsabilidade de estar junto a partir de já na construção desse comitê e não vamos adiar nenhum prazo de expectativa, que nós estamos em agosto, que chamamos uma reunião em setembro de instalação desse comitê que nem todos os órgãos definiram ainda todos os, ainda faltam órgãos a indicarem os membros do comitê de monitoramento e articulação, teremos em setembro reunião para poder instalar o comitê, depois teremos reunião que temos pensado que tem que ser buscado próximas, junto um dia depois coisa assim, um dia antes da reunião do conselho nacional, pra ter o que? Essa, a vinda das pessoas, tem ônus nessa vinda então tem que aproximar essa vinda as reuniões pra serem próximas e se reuni em setembro pra poder fazer a aprovação dos nomes, instalação, aprovação de regulamento, então tem um tanto de agenda pra poder ser construída, por quê? Porque até o dia trinta de setembro é a data que chega a Lei orçamentária no congresso nacional. A proposta de Lei orçamentária e a proposta das ações naturalmente que estarão em andamento e que nós até algumas desconhecemos como foi aqui apresentando esse trabalho que o professor Daniel apresenta da secretaria do MEC que demonstra ação que nós temos que participar e deveríamos acompanhar e monitorar e algumas ainda desconhecemos, então conselheiros e conselheiras eu quero colocar isso e chamar a responsabilidade o seguinte, houve duas propostas aqui de adiamento pra não nos manifestarmos na eleição de hoje, mais há uma proposta também de manter a escolha, a reflexão, chamou-se conselheiros e conselheiras a pensarem pra gente se eleger todos os conselheiros nessa data, os seis conselheiros nessa data e assim buscamos fazer uma agenda de instalação do comitê, uma agenda de acompanhamento de todas, de construção, de marcar o debate da construção do regulamento, da construção de uma agenda comum de trabalho, sob pena da gente deixar uma grande oportunidade de interferir concretamente em exigüidade do tempo, o tempo não é aliado nosso, dos conselheiros, nem da CEPPIR, do conselho nacional da CEPPIR pra construção de monitoramento e de articulação do PLANAPIR, então são duas propostas, somente que é uma que confirma.